

# LEX

LEX — JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA CIVIL  
DE SÃO PAULO

Publicação Oficial dos  
JULGADOS DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PRIMEIRO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Juizes Orientadores

Diretores: Juízes ITAMAR GAINO e  
PLÍNIO TADEU DO AMARAL MALHEIROS

Representantes de Câmaras:

Juiz PLÍNIO TADEU DO AMARAL MALHEIROS — 1ª Câmara  
Juiz CYRO ANTONIO FACCHINI RIBEIRO DE SOUZA — 2ª Câmara  
Juiz ANTONIO LUIS DE CARVALHO VIANA — 3ª Câmara  
Juiz RENATO GOMES CORRÊA — 4ª Câmara  
Juiz MANOEL MATTOS FARIA — 5ª Câmara  
Juiz BENEDICTO JORGE FARAH — 6ª Câmara  
Juiz NELSON PINTO FERREIRA — 7ª Câmara  
Juiz RUBENS CURY — 8ª Câmara  
Juiz PAULO ROBERTO GRAVA BRAZIL — 9ª Câmara  
Juiz PAULO HATANAKA — 10ª Câmara  
Juiz URBANO RUIZ — 11ª Câmara  
Juiz MANUEL MATHEUS FONTES — 12ª Câmara

SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Comissão de Jurisprudência

Juiz Supervisor de Jurisprudência: AMÉRICO ANGÉLICO  
Juizes Adjuntos: FELIPE FERREIRA e CARLOS RUSSO

Representantes de Câmaras:

Juiz SEBASTIÃO FLÁVIO da Silva Filho — 1ª Câmara  
Juiz Reinaldo FELIPE FERREIRA — 2ª Câmara  
Juiz HENRIQUE NELSON CALANDRA — 3ª Câmara  
Juiz Luis Antonio RODRIGUES DA SILVA — 4ª Câmara  
Juiz Sebastião OSCAR FELTRIN — 5ª Câmara  
Juiz CARLOS Alberto RUSSO — 6ª Câmara  
Juiz ANTÔNIO RIGOLIN — 7ª Câmara  
Juiz ORLANDO PISTORESÍ — 8ª Câmara  
Juiz Antonio CLARET DE ALMEIDA — 9ª Câmara  
Juiz Luiz Augusto GOMES VARJÃO — 10ª Câmara  
Juiz JOSÉ Joaquim Marcondes MALERBI — 11ª Câmara  
Juiz José Aguiar Pupo RIBEIRO DA SILVA — 12ª Câmara

*Repositório autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, para indicação dos julgados perante aquela Suprema Corte, conforme Registro n. 20/91, DJ de 11.09.1991.*

*Repositório autorizado e credenciado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme Registro n. 20/92, DJ de 13.03.1992.*

*Os acordãos selecionados para esta Revista correspondem, na íntegra, às cópias dos originais obtidas nas Secretarias dos Tribunais.*

VOLUME 199 — ANO 37  
3º BIMESTRE  
MAIO E JUNHO  
(2003)

TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL  
DE  
SÃO PAULO



SÃO PAULO



II Tribunal de Alçada Civil  
Tombo \_\_\_\_\_  
N.º \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Biblioteca

# LEX

COLEÇÃO DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO  
35  
Lexitor  
1149  
naus/lex  
(1003)

Diretor Presidente:

MILTON NICOLAU VITALE PATARA

Diretor Jurídico:

Dr. NÉLSON FATTE REAL AMADEO



FUNDADA EM 1937

ADMINISTRAÇÃO — VENDAS — COBRANÇA — EXPEDIÇÃO

RUA FREI EUZÉBIO DA SOLEDADE, 94 — CEP 04106-030 — TEL. (PABX) (0XX11) 5549-0122 — FAX (0XX11) 5575-9138

CENTRO DE INFORMAÇÃO

E INFORMÁTICA

RUA ALCEU WAMOSY, 282

FONE/FAX: (0XX11) 5549-0629

CEP 04105-040

RIO DE JANEIRO

LEX EDITORA S/A - (FILIAL)

RUA ALMIRANTE BARROSO, 2 - 6.º AND.

Loja C - TEL. (0XX21) 240-9868

FONE/FAX: (0XX21) 240-0428

CEP 20031-000

SÃO PAULO

SITE: [www.lexeditora.com.br](http://www.lexeditora.com.br)

E-MAIL: [adm@lexil.com.br](mailto:adm@lexil.com.br)

— 2003 —

Direitos autorais reservados — © — LEX EDITORA S/A.

## **NOTICIÁRIO**

**HOMENAGEM PRESTADA AOS EXMOS. JUÍZES RENATO SANDRESCHI SARTORELLI E RENZO LEONARDI POR OCASIÃO DE SUAS POSSES NOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE, RESPECTIVAMENTE, DO SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL DE SÃO PAULO**

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ESPECIAL  
17 DE MARÇO DE 2003**

**POSSE DO EXMO. JUIZ PRESIDENTE RENATO SANDRESCHI SARTORELLI E DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ VICE-PRESIDENTE RENZO LEONARDI**

Presidente: Exmo. Juiz RENATO SANDRESCHI SARTORELLI

Vice-Presidente: Exmo. Juiz RENZO LEONARDI

Procurador-Geral de Justiça: Exmo. Dr. LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY

Secretário-Diretor Geral: Bel. LUIZ ANTONIO MONTEIRO ARCURI

Às treze horas e trinta minutos do dia dezessete de março de dois mil e três, com a presença dos Exmos. Juizes Andreatta Rizzo, Magno Araújo, João Saletti, Norival Oliva, Rodrigues da Silva, Antonio Maria, Francisco Casconi, Amaral Vieira, José Malerbi, Mendes Gomes, Artur Marques, Campos Petroni, Clóvis Castelo, Claret de Almeida, Eros Piceli, Isabela Gama de Magalhães, Gama Pellegrini, Luis de Carvalho, Melo Bucno, Pereira Calças, Gomes Varjão, Ruy Coppola, S. Oscar Feltrin, Orlando Pistorosi, Aclibes Burgarelli, Américo Angélico, Felipe Ferreira, Francisco Thomaz, Cambrea Filho, Luiz De Lorenzi, Amorim Cantuária, Irineu Pedrotti, Lino Machado, Paulo Ayrosa, Nestor Duarte, Kioitsi Chicuta, Antonio Rigolin, Rosa Maria de Andrade Nery, Palma Bisson, Henrique Nelson Calandra, Vanderci Álvares, Sebastião Flávio, Romeu

Ricupero, Cristiano Ferreira Leite, Linneu de Carvalho, Carlos Russo, Sá Duarte, Cristina Zucchi, Rocha de Souza, Regina Capistrano, Júlio Vidal, Armando Toledo, Luiz Eurico e Marcondes D'Angelo, foi aberta a Sessão. Presentes, ainda, os Exmos. Juizes de Direito Substitutos em Segundo Grau, designados para auxiliar neste E. Tribunal, Willian Campos, Dyrceu Cintra, Ribeiro Pinto, Vieira de Moraes, Walter Zeni, Gilberto dos Santos, Gil Coelho, Thales do Amaral e Egidio Giacoia. Dando início à solenidade e presidindo a Sessão, o Exmo. Juiz João Carlos Saletti pediu a todos que, em pé, observassem um minuto de silêncio em respeito à memória do Juiz Antonio José Machado Dias e, em seguida, convidou a todos para ouvir o Hino Nacional Brasileiro. Prosseguindo, solicitou ao Sr. Carlos Eduardo de Castro Moraes Sampaio, funcionário do Tribunal, que anunciasse as autoridades presentes: Exmo. Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Exmo. Dr. Alexandre de Moraes, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, por si e representando o Exmo. Dr. Geraldo Alckmin Filho, Governador do Estado de São Paulo; Exmo. Desembargador Adalberto Denser de Sá, 1º Vice-Presidente em exercício do Tribunal de Justiça de São Paulo; Exmo. Desembargador Luiz Elias Tâmbara, Corregedor Geral da Justiça; Exmo. General de Divisão Marco Antonio Tilsher Saraiva, Comandante da Segunda Divisão do Exército; Exmo. Major Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon, Comandante do IV Comando Aéreo Regional; Exmo. Dr. Luiz Tarcisio Teixeira Ferreira, Secretário dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo, representando a Exma. Sra. Dra. Marta Suplicy, Prefeita do Município de São Paulo; Exmo. Vereador Arselino Tatto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Exmo. Brigadeiro Maximino Mendes de Oliveira Júnior, Subdiretor de Abastecimento da Aeronáutica; Exmo. Desembargador José Mário Antonio Cardinale, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Exmo. Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey, Procurador-Geral de Justiça; Exmo. Juiz Homero Andretta, representando a Exma. Sra. Juíza Maria Aparecida Pellegrina, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; Exmo. Juiz Mário Álvares Lobo, Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil; Exmo. Juiz José Renato Nalini, Presidente do Tribunal de Alçada Criminal; Exmo. Juiz Coronel PM Avivaldi Nogueira Junior, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Exmo. Dr. Maurício Prado de Almeida, Superintendente da Receita Federal; Exmo. Desembargador Claudio Baldino Maciel, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Exmo. Desembargador Aniceto Lopes Aliende, ex-Presidente do Tribunal de Justiça e do Segundo Tribunal de Alçada Civil; Exmo. Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo; Exmo. Dr. Nagashi Furukawa, Secretário da Administração Penitenciária; Exmo. Dr. Marcelo Martins de Oliveira, Secretário Adjunto da Segurança Pública; Exmo. Dr. Carlos Antonio Luque, Secretário Adjunto de Economia e Planejamento; Exmo. Deputado Estadual Antonio Carlos de Campos Machado; Exmo. Desem-

bargador Álvaro Lazzarini, Vice-Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral; Exmo. Desembargador Mohamed Amaro, 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Exmo. Desembargador Roberto Antonio Vallim Bellocchi, 4º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Desembargadores Nelson de Figueiredo Cerqueira, Egas Dirson Galbiatti, José de Mello Junqueira, Ruiteir Oliva, José Horácio Cintra Gonçalves Pereira e Sebastião Luiz Amorim, ex-Presidentes do Segundo Tribunal de Alçada Civil; Exmo. Cel. PM Alberto Silveira Rodrigues, Comandante Geral da Polícia Militar; Exmo. Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, 1º Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados; Exmo. Desembargador Hélio Quaglia Barbosa, Diretor da Escola Paulista da Magistratura; Exmo. Dr. Francisco Occhiutto Júnior, Juiz Assessor da 1ª Vice-Presidência, representando o Exmo. Desembargador Luís de Macedo, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Exmo. Juiz Maurício Ferreira Leite, Vice-Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil; Exmo. Juiz Eduardo Pereira Santos, Vice-Presidente do Tribunal de Alçada Criminal; Exmo. Juiz Coronel PM Ubirajara Almeida Gaspar, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Exmo. Dr. Orlando Maluf Haddad, Vice-Presidente, representando o Exmo. Dr. Carlos Miguel Castex Aidar, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo; Exmo. Dr. Nelson Kojranski, Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; Exmo. Dr. Aloísio Lacerda Medeiros, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; Exmo. Dr. Carlos Henrique Mundi, Corregedor Geral do Ministério Público; Exmo. Juiz Linneu Rodrigues de Carvalho, representando o Exmo. Desembargador Carlos Renato de Azevedo Ferreira, Presidente da Academia Paulista de Magistrados; Exmo. Dr. Marco Antonio de Barros, Diretor do Núcleo de Ciências Jurídicas Sociais — Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas — UNIFMU; Senhor Capitão do Exército Laércio de Oliveira, representando o Exmo. General de Exército Sérgio Pereira Mariano Cordeiro, Comandante Militar do Sudeste; Ilmo. Dr. Ivaney Cayres de Souza, Delegado de Polícia Diretor do DENARC; Doutor Marco Antonio Ribeiro de Campos, Assessor Civil da Secretaria da Segurança Pública, representando o Exmo. Dr. Marco Antonio Desgualdo, Delegado Geral da Polícia Civil; Doutor Wilson de Barros Cônsane, Chefe de Gabinete, representando o Exmo. Deputado Estadual Ary Fossen; Ilma. Sra. Débora Batista, Assessora Cultural, representando o Dr. Patrick Duddy, Cônsul Geral Americano; Ilmo. Sr. Eduardo Lin Fang Jing, Diretor-Secretário, representando o Ilmo. Sr. Her Jiang Gueng, Presidente Econômico e Cultural de Taipei; Doutor Marcelo Nobre, Assessor Especial, representando o Exmo. Dr. Hélio Bicudo, Vice-Prefeito do Município de São Paulo; Ilma. Sra. Dra. Eidi Alves Lazzarini, Presidente do Teatro Lírico de Equipe de São Paulo.

Logo após, o Exmo. Juiz JOÃO CARLOS SALETTI pronunciou as seguintes palavras:

“Exmo. Sr. Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, DD. Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em cuja pessoa cumprimento os demais membros do Conselho Superior da Magistratura, o Senhor Vice-Presidente, o Corregedor Geral, os Corregedores Gerais dos demais Tribunais, os Presidentes e Vice-Presidentes dos demais Tribunais, ex-Presidentes do Tribunal de Justiça e deste Tribunal, Desembargadores, Magistrados; Exmo. Sr. Dr. Alexandre de Moraes, DD. Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, por si e representando o Sr. Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin Filho, em cuja pessoa peço licença para cumprimentar todos os demais Secretários de Estado, autoridades civis e militares de São Paulo; Exmo. Sr. Deputado Campos Machado, peço licença a todos os demais parlamentares e representantes que vieram em seus nomes para na sua pessoa cumprimentar a todos os membros do Poder Legislativo; Exmo. Sr. Dr. Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, DD. Secretário dos Negócios Jurídicos do Município, aqui representando a Sra. Prefeita Marta Suplicy, em cuja pessoa peço licença para cumprimentar a todas as autoridades municipais presentes ou representadas; Exmo. Sr. General de Divisão Marco Antonio Tilsher Saraiva, DD. Comandante da Segunda Divisão do Exército, peço licença para na sua pessoa cumprimentar a todas as demais autoridades federais civis e militares presentes ou representadas; Exmo. Sr. Vereador Arselino Tatto, DD. Presidente da Câmara Municipal, que cumprimento Vossa Excelência e os demais membros do Poder Legislativo Municipal; Exmo. Sr. Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey, DD. Procurador Geral de Justiça, em cuja pessoa cumprimento os demais Procuradores de Justiça e membros do Ministério Público; Exmo. Sr. Desembargador Hélio Quaglia Barbosa, Diretor da Escola Paulista da Magistratura; Exmo. Desembargador Sidnei Agostinho Beneti, Primeiro Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados, em cuja pessoa cumprimento os demais Magistrados que aqui representam entidades da Magistratura Nacional e do Estado de São Paulo; Exmo. Dr. Orlando Maluf Haddad, DD. Vice-Presidente, representando o Presidente Carlos Miguel Castex Aidar, da Subsecção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua pessoa peço licença para cumprimentar a todos os Advogados aqui presentes; Colegas do Segundo Tribunal de Alçada; Servidores; Familiares; senhoras e senhores:

Este discurso estava pronto há dias. Agora precisa de um novo começo.

Não posso deixar de começá-lo por consignar a profunda tristeza que nos abateu a todos com a violência que pôs fim à vida do eminente Juiz Antonio José Machado Dias, de Presidente Prudente. O crime bárbaro, ao que parece meticulosamente planejado, ainda não foi esclarecido. Não será compreendido. Nunca aceito. Os Juízes são instrumentos da Paz. São os responsáveis por interpretar, aplicar e fazer cumprir a lei, num

Estado e numa sociedade realmente democráticos. Vinham sendo atacados apenas por palavras, que como flechas não voltam, flechas envenenadas, às vezes lançadas por gente importante da Nação. Não, pela violência que quer fazer o País mergulhar na desorganização social, em proveito de alguns, à margem ou ao inverso da civilização e do Estado de Direito. Agora assistimos e sofremos a agressão infame, que dói profundamente na alma do povo, das pessoas e da nossa Instituição. O que ocorreu, no entanto, não nos abala.

A Magistratura segue íntegra, com sobrançeria, com elevação e responsabilidade. Cumpre e continuará a cumprir seus deveres constitucionais, em que pese a insuficiência de quadros, de recursos, do sistema legal, e a falta de entendimento e de compreensão de alguns ou mesmo de muitos. Navegar é preciso, diz o poeta. Vamos, pois, em frente. Senhoras e Senhores. A vida das instituições é permanente. Suas funções e finalidade não mudam, quaisquer sejam os seus agentes. Os agentes são transitórios, como transitória a vida terrena. Mas também têm a sua própria missão. A nossa missão é a de servir sempre, com o sentido constante de atingir a finalidade essencial da instituição.

Foi com esse espírito que me pus à disposição do Tribunal para exercer dois mandatos na sua alta administração, primeiro o de Vice-Presidente e, depois, o de Presidente, que hoje termina. Busquei e aceitei esses postos, como encargo que me foram confiados, não apenas como a suprema honraria concedida a poucos numa Corte como esta. Aceitei sobretudo como o encargo a que me propus, pelo apoio e o estímulo de muitos colegas, de dirigir, administrar e bem representar o Tribunal da melhor forma possível, com a elevação que exige o seu corpo de Juizes e Servidores, e o reclama a Justiça de São Paulo. Espero ter atingido o objetivo colimado. Fiz o que estava a meu alcance, conforme o meu preparo e minhas limitações individuais. Daí os enganos que possa ter cometido. No sistema presidencialista, um de nós assume responsabilidade por ações e por decisões, com os poderes que lhe foram dados e os limites também fixados. Mas o Tribunal constitui um corpo complexo e diferenciado. É universalidade de recursos humanos, Juizes e Funcionários, com funções próprias a uns e a outros, e de recursos materiais, prédios, instalações, equipamentos e também recursos imateriais — os programas de informática e os acervos de pesquisas de doutrina e jurisprudência.

O manejo e progresso de tudo, contudo, reclama o concurso de todos, de um modo geral, e, em particular, o de alguns, em campos específicos da atividade administrativa. O sistema regimental é previsivo de Juizes Supervisores de Finanças, Biblioteca, Jurisprudência, Informática, Patrimônio e Gabinetes, além do Centro de Estudos e Debates. A Presidência do Juiz Sebastião Amorim criou, autorizado pelo Regimento, Comissões por área específica. Mantive o sistema, dada sua utilidade e adequação. As Comissões não têm funções de supervisão e de direção das respectivas áreas, mas funcionam como suporte de opinião e auxílio da Presidência, como a Comissão de Assistência à Diretoria de Pessoal. Os

avanços que o Tribunal tem experimentado nos últimos tempos, como de sua vocação permanente, têm sido possíveis dada a iniciativa, a ação inesgotável de muitos e a cooperação de todos, Juizes e Funcionários. A Instituição judiciária já não se compadece com a estruturação tradicional. O avanço do conhecimento humano, a influenciar o progresso tecnológico, tem de ingressar nos Tribunais e frutificar. A idéia que esta Administração procurou pôr em prática foi a de avançar forte no desenvolvimento humano e tecnológico. Alcançar maior produtividade com maior eficiência, sem aumentar os quadros funcionais, exige engajamento em novas alternativas de solução de conflitos, novos sistemas, rotinas de trabalho, tecnologia. Daí a necessidade, todo o tempo, de definir adequadamente as prioridades do Tribunal e, feito isto, determinar as ações necessárias do progresso. Assim é que, com o auxílio da Comissão integrada pelos Juizes Renzo Leonardi, Eros Piceli, Marcial Hollanda e por mim, no campo do planejamento e, depois, na execução, com o concurso do Juiz Supervisor Palma Bisson, conseguimos levar a cabo a instalação do novo prédio dos Gabinetes, no ano de 2001, com recursos modernos, permitidos pelo projeto do Arquiteto Ruy Ohtake e a cooperação da Fundação Carlos Chagas e da Construtora Blokos. Maior conforto foi possibilitado a todos, Juizes e Funcionários, com gabinetes funcionais, com instalações sanitárias próprias, refeitórios, auditório, garagem etc.

Tudo naquele prédio segue com a cooperação do Juiz Supervisor Rodrigues da Silva. O controle orçamentário e de compras, includente dos procedimentos licitatórios, prosseguiu com a cooperação do Juiz Supervisor Romeu Ricupero. Nesse campo, a idéia presente, de buscar agilidade, segurança e economia, alcançou-se também, em muitos negócios, com o uso de cartão eletrônico de compras por adiantamento, e com o recurso à Bolsa Eletrônica de Compras do Estado. A permanente definição de prioridades, para o controle de contas e gastos, possibilitou economia a permitir, no último ano, a troca de pequena parte da antiga frota de veículos do Tribunal. Como investimento, primordial e essencialmente, foram eleitas as compras de equipamentos e implementos de informática, do serviço médico e de novo mobiliário para as instalações, sobretudo da Secretaria, neste caso não com sentido de mera troca pelo novo ou para embelezamento, mas de adequação das peças às necessidades ergonômicas do pessoal e ao uso das novas tecnologias, isso resultando em conforto e eficiência. O serviço médico-odontológico do Tribunal, com a assistência da Comissão de Saúde, à frente o Juiz S. Oscar Feltrin, está agora equipado, em caráter permanente, com Diretoria de Gabinete de Assistência Médica e Odontológica, com seis médicos, sendo três clínicos, dois ginecologistas e um psiquiatra, e mais quatro cirurgiões-dentistas, todos concursados. Funciona em instalações novas e modernas, a serviço dos Juizes e Servidores. O serviço de transportes, com nova organização interna, implantada na gestão do Juiz Sebastião Amorim, teve a supervisão do Juiz Eros Piceli, seguida do Juiz Vanderci Álvares e, recen-



temente, do Juiz Luiz Eurico. Sua integração definitiva no prédio dos Gabinetes, em prática desde 1999, na Paulista, e agora aqui no Centro, permitiu controle efetivo do serviço, com maior economia e eficiência. A área de informática, com o concurso do Juiz Supervisor Kioitsi Chicuta, desenvolveu muito. Os gabinetes dos Juizes — velha aspiração minha e de muitos — já contam com três computadores. Os prédios do Tribunal, a sede e o dos Gabinetes dos Juizes, ganharam cada qual rede com fibra ótica, capaz de transmitir dados e som. Há *intranet* e acesso à *internet* para todos os setores, dos gabinetes à Secretaria. Ampliaram-se os serviços do “*site*” do Tribunal. Desde há algum tempo, os dados de movimento dos processos são acessíveis pela *internet*. O sistema de pesquisa de andamento de feitos ampliou-se, com lançamento dos informes em tempo real. A população que não dispõe de computador pode acessá-la pelo Poupatempo, serviço do Governo do Estado. A imagem dos textos integrais dos acórdãos, lançados em base digital de dados desde 1999, agora é acessível também pela população, via *internet*.

O banco de dados da jurisprudência também pode ser acessado, como antes, mas com a possibilidade de leitura do texto integral dos acórdãos ementados ou referenciados, que estejam digitalizados. Estão em andamento estudos para a introdução do código de barras para a leitura da identificação dos processos por leitura ótica. Também se espera para breve a expedição de certidões digitalizadas. Assim como já se aprovou novo formato e disposição para os diversos extratos de andamento de processos. Dá-se um passo de cada vez. O serviço de pessoal, de há muito informatizado, permite agora acesso do próprio servidor a dados de seu prontuário, mediante o uso de senha exclusiva. Esses avanços estão a acarretar para o Tribunal sensível economia de recursos, sobretudo humanos, com simplificação e agilização dos serviços internos de suporte, alívio dos pontos de atendimento e, o que é principal, com benefício direto para a população, sobretudo para as partes e seus Advogados.

No campo dos recursos humanos, como na informática, a tradição deste Tribunal é de desenvolvimento permanente, no que a administração contou com a cooperação, no começo, do Juiz Ruy Coppola e depois, do Juiz Luiz De Lorenzi, e em várias ocasiões também do Juiz Eros Piceli. A idéia que tem presidido ações nesse campo é a de que o Estado tende a esgotar sua capacidade de ampliação de quadros. A administração de pessoal já não mais pode ficar apenas na contratação, na gerência da frequência e do ponto, do tempo de serviço, e da concessão das exonerações e aposentadorias. O conceito presente é mais amplo.

O Tribunal precisa conhecer seus funcionários, suas capacidades, vocações, ambições, necessidades, dificuldades, defeitos, doenças, frustrações. Ao julgar acidentes do trabalho, os Juizes desta Corte sabem que o homem deve ser visto como um todo, um ser completo, com corpo e alma, postos ao trabalho para a população, na organização do Estado. Da

maior e mais integral possível compreensão de quem seja o Servidor, deve resultar a política de recursos humanos. Por isso que essa política vem de contar com o Serviço Médico de que falei, que foi ampliado para atingir esses objetivos, e está prestes a contar com psicólogo e assistente social, para o trato e o preparo do servidor num espectro o mais amplo possível. O concurso para o preenchimento foi autorizado e está por ser aberto. Além disso, esse serviço, dentro em breve, será encarregado até mesmo de conceder licenças médicas, hoje a cargo do Poder Executivo. Reuniões de treinamento já foram feitas, mês passado. E mais. Foi criado Núcleo de Capacitação de Pessoal, junto à Diretoria de Recursos Humanos, com a cooperação do Juiz Vanderci Álvares.

O Poder Executivo, nas pessoas dos Secretários Rubens Lara, Fernando Maida Dall'Acqua e Arnaldo Madeira, cedeu-nos funcionário especializado nesse campo. O serviço está funcionando, havendo plano de trabalho para todo o exercício, já em execução. O objetivo é o conhecimento e o aprimoramento do quadro de funcionários, inclusive com a realização de cursos de reciclagem de conhecimentos. Novas ações também estão em andamento, como a escolha de estagiários de quarto e quinto anos das Faculdades de Direito, em prova seletiva, para auxiliar os Juizes e a Secretaria. A experiência de alguns Tribunais americanos nesse campo é frutificante. Busca-se, igualmente, como aprovado por este Plenário, a implementação da conciliação, como sucedâneo da mediação que se discute em projeto nacional, nos moldes implantados no Tribunal de Justiça. A Portaria foi baixada, como proposto e resolvido.

À nova Administração está submetido o desafio de formar quadro de conciliadores para a tentativa de solução alternativa do conflito, de forma amigável e com o concurso da sociedade, aliviando a espera das partes. Não posso deixar de referir à Biblioteca, que teve a cooperação do Juiz Lino Machado, Supervisor, agora com seu acervo inscrito no "site"; a Jurisprudência, cuja supervisão do Juiz Aclibes Burgarelli conta com o auxílio de Magistrados de cada uma das doze Câmaras, e do Patrimônio, da supervisão do Juiz Norival Oliva, mediante o que se opera o controle de material e de bens da Corte. Assim igualmente não deixo de mencionar a Comissão do Regimento Interno, a cargo dos Juizes Clóvis Castelo, Renzo Leonardi, Luís de Carvalho, Irineu Pedrotti e Antonio Rigolin, que ano passado processou sugestões de Juizes e da Secretaria para ampla reforma do Regimento, aprovada pelo E. Plenário.

Por fim, registro a atuação do Centro de Estudos e Debates, cujo relatório de seu Diretor, o Juiz Luís de Carvalho, foi apresentado na Sessão passada. O Centro congrega os Juizes em torno do estudo de questões interessantes à atuação do Tribunal, em prol do aprimoramento intelectual, da troca de idéias, em benefício dos julgamentos. Não foi possível retomar o que o Centro de Estudos também fez no passado, quando tive a honra de secretariá-lo e depois dirigi-lo, ou seja, a realização de reuniões

para discutir matérias em debate na Corte, e que resultou na edição de seus enunciados, ou na proposta de edição de Súmulas, pelo Plenário. É um dos desafios para a próxima direção do Centro de Estudos. O que venho de relatar é em sumário, como verdadeira prestação de contas, de um lado, e de reconhecimento pela cooperação de todos, de outro. É bem verdade que as necessidades são muitas. Algumas, talvez, conquanto superáveis, não foram entrevistadas, porque a limitação do operador a tudo não vê. Outras não puderam ser enfrentadas. A limitação dos quadros funcionais, por outro lado, não permitiu implantar de imediato outras iniciativas que se idealizavam. É preciso tempo, que a paciência e a perseverança encontram e utilizam na devida hora.

O tempo de atender a essas necessidades chegará, e os novos dirigentes da Corte saberão encontrá-lo. De resto, o atendimento de algumas necessidades também encontra limite nos recursos financeiros. Na área de investimentos, ninguém ignora, há quatro anos o Tribunal conta na lei orçamentária com um real. Não é força de expressão. É um real mesmo, um só, com que mal se compra um café. O Estado espera que todo o investimento no progresso tecnológico, por exemplo, se faça, neste Tribunal, com o chamado Fundo Especial de Despesa, que arrecada pouco mais de trezentos mil reais ao ano. É muito pouco. Assim mesmo apresenta-se o resultado atrás apontado. O que importa, aqui e agora, é que entrego ao Tribunal o resultado de um trabalho que procurei fazer com sinceridade e empenho permanentes. É um trabalho que não foi só meu, repito novamente. Foi de todo o Tribunal, de um modo geral, e em particular de vários de seus Juizes Titulares, ora supervisores, ora integrantes das várias comissões, ora ainda dos Juizes Substitutos em Segundo Grau, que temos aqui como verdadeiros parceiros e titulares em nossa atuação. Com desvelo, atenção, carinho, seriedade, empenho e elevado espírito público, nunca me faltaram com idéias, ponderações, advertências, observações e críticas, todas valiosas, indispensáveis à implementação de novas ações ou correção de rumos. Agradeço penhoradamente a todos pela amizade e cooperação.

O mesmo digo dos funcionários do Tribunal. A começar por aqueles com que tive diário contato, os do Gabinete, os da Assessoria Técnica, e os do Gabinete do Secretário. Foram quatro anos de conhecimento e de aprendizado permanente para mim, com feitura e estreitamento de laços de amizade, de consideração, de carinho, de amparo à figura do homem e do Presidente, e de serviço elevado ao Tribunal, diuturnamente prestado, com prejuízo da vida pessoal e da família em benefício da comunidade. A todos agradeço nas pessoas das Doutoras Luci e Nair, Kátia e Dulce, pela ordem dos órgãos referidos.

O mesmo devo dizer dos Funcionários da Secretaria. É certo que proximidade não tive com muitos deles. Mas por certo que deles o Tribunal tem recebido cooperação e empenho. Enumerar alguns seria difícil,

pelo tempo e pela injustiça em que a omissão involuntária resultaria. Alguns deles, figuras da maior integridade moral, competência, dedicação permanente, lealdade para com a coisa pública, entrega integral ao trabalho, representam os demais. Por isso peço permissão para agradecer a todos nas pessoas do Senhor Secretário-Diretor Geral, Doutor Luiz Antonio Monteiro Arcuri inteiramente preocupado e entregue ao Tribunal, e dos Diretores de Divisão, Senhoras Ivone Mimorri Hashimoto Moreno, Diva Elena Gatti da Mota Barreto, Reni Aparecida Navarro, Maria Aparecida de Moura Brochado Neves, Wilson Ladriano, Mateus Lupo Júnior e Eric Samuel Mourão, que encarnam e vivem esses princípios e valores. Também agradeço a meus queridos companheiros dos demais Tribunais, com quem pude contar todos esses anos, especialmente nas horas de angústia e em face dos objetivos comuns, o que me permito fazer nas pessoas dos colegas Mário Lobo, Renato Nalini e Avivaldi Nogueira Júnior.

Ao Tribunal de Justiça agradeço na pessoa de seu Presidente, Desembargador Nigro Conceição, a compreensão para a implementação de ações com vistas ao atendimento da pleora de serviços do Tribunal, como a recente aprovação da idéia de que sejam designados Juizes de Primeira Instância para auxiliar nas Câmaras e fazer frente à pleora de feitos no Tribunal, como alternativa à impossibilidade de ampliação dos quadros ou à designação de Juizes Substitutos em Segundo Grau.

Esta Corte Cível é a que tem menos processos aguardando distribuição, mas não quer ampliá-los, em que pesem as alterações de competência e o crescimento vegetativo que a todos atinge. Esse suporte vem em reconhecimento ao esforço de nossos Juizes que há pouco aumentaram mais uma vez a distribuição, por provocação da Presidência, com vistas a reduzir o acervo, melhorar a produção e, com isso, até mesmo evitar que se gaste dinheiro para guardar processos.

Ao Poder Executivo é necessário também agradecer. Se muito não se tem logrado obter para a verdade orçamentária desta Corte, ainda em situação de insuficiência em termos de recursos financeiros, o certo é que avanços se tem obtido, desde a gestão do Governador Mário Covas, e agora na do Governador Geraldo Alckmin. A Suas Excelências agradeço, assim como o faço a seus ex-Secretários André Franco Montoro Filho e Fernando Maida Dall'Acqua, e aos Secretários Alexandre de Moraes, Andrea Calabi e Carlos Antonio Luque, com os quais o relacionamento pessoal e institucional se aproximou.

Ao Poder Legislativo também agradeço, fazendo-o, se me permite o atual Presidente Deputado Sidney Beraldo, eleito no sábado, na pessoa do agora Deputado Federal Walter Feldman, e assim também de lídimos representantes desse poder, os Deputados Campos Machado, Ary Fossen e Roberto Engler, recém-empossados em novos mandatos, que refiro como reconhecimento público da amizade e dedicação que têm tido para com esta Corte. Não esqueço, também, a cooperação do Município de São

Paulo, na pessoa da Prefeita Marta Suplicy e de seus auxiliares, que me permito referir na pessoa do Doutor Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, Secretário dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo. Agradeço também à Polícia Militar, pelo suporte extraordinário que, como de sua melhor tradição, vem dando a este Tribunal, de um modo geral, e a esta Presidência, em particular, o que faço na pessoa de seu Comandante Geral Coronel PM Alberto Silveira Rodrigues e do Coronel Elzio Lourenço Nagali.

Deixei para o fim minha família. Para não alongar, agradeço a quem me tem querido, estimulado e tolerado a ausência, a amada Sonia, e meus filhos, Paula, João Carlos e Renata, e meus pais José e Euclídia. Meu muito obrigado a todos. Se tinha algo a dizer, ainda uma vez, já disse muito. Peço desculpas pelo alongado da exposição, que não pude evitar. É hora de passar o bastão na corrida da gestão pública. A renovação permanente na direção do Tribunal tem essa virtude: dar oportunidade a um e a todos, num sistema de permanente revezamento. É hora, pois, de entregar o posto ao Juiz RENATO SANDRESCHI SARTORELLI.

Agradeço a Vossa Excelência, Juiz RENATO SARTORELLI, a compreensão e o respeito com que me distinguiu nestes dois últimos anos, em que bem perto estivemos. Tenho certeza de que o Tribunal, na sua alta sabedoria o elegeu por seus méritos, com a esperança de que bem administrará e representará a Corte. Valores pessoais, ostenta. Experiência na Magistratura, também. Sua operosidade é conhecida. E o exercício da Vice-Presidência há de ter-lhe possibilitado ver e conhecer a realidade e a complexidade das coisas da Corte, assim como o nível de atribuições e responsabilidades do cargo de que agora está encarregado. Há flores e espinhos. Vossa Excelência haverá de saber apreciar a umas e a superar a outros. Os espinhos nos lembram que bem perto está a delicadeza das flores do jardim que devemos cultivar. O mesmo digo do Juiz RENZO LEONARDI, o novo Vice-Presidente. É homem vivido, experiente, ativo, culto, solidário. Conhece as coisas do Judiciário e dos Juizes. Sua experiência judiciária vai além da Judicatura, passou pela Corregedoria Geral da Justiça, e vem acrescida pela difícil Presidência da APAMAGIS. Tudo lhe dá condições e suporte para a compreensão e desempenho de suas novas funções jurisdicionais e da Corregedoria da Secretaria da Corte, atribuída ao Vice-Presidente. Rogo a Deus que os abençoe na empreitada que se apresenta à frente, para o bem deste Tribunal e da Justiça de São Paulo.

Muito obrigado a todos.”

A seguir, o Exmo. Juiz João Carlos Saletti comunicou a todos que recebeu as declarações de bens dos Juizes empossandos e, em nome do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, deu posse aos Exmos. Juizes RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, a quem transmitiu a Presidência, e RENZO LEONARDI, a quem convidou para tomar assento no lugar regimental, como Vice-Presidente.

A seguir, o novel Juiz Presidente, Doutor RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, passou a palavra ao Dr. ORLANDO MALUF HADDAD, Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo, que representando o Presidente Dr. Carlos Miguel Castex Aidar, assim se expressou:

“Senhor Presidente Sérgio Augusto Nigro Conceição; Senhor Presidente Renato Sandreschi Sartorelli, em nome de quem peço vênias para cumprimentar a toda esta Augusta Mesa; todas as autoridades nomeadas; Senhores Magistrados; Senhores Membros do Ministério Público; Senhores Advogados; Senhoras e Senhores:

Nesta solenidade, antes que eu leia a manifestação do Presidente Carlos Miguel Castex Aidar, encerrada antes da tragédia que vitimou o Juiz Antonio José Machado Dias, é imprescindível frisar a total e absoluta solidariedade da OAB/SP não somente aos familiares e amigos do culto Magistrado, mas ao Poder Judiciário paulista e brasileiro. A afronta é tão grande quanto a coragem que os operadores de direito têm que demonstrar doravante, jamais se intimidando em face deste terrorismo extremo, que visa justamente a desestabilização dos poderes constituídos, que são os pilares da democracia. Espera-se, portanto, que a polícia aja com rapidez e eficiência exemplares, localizando e prendendo quem praticou este ato que esbofeteou todo o povo brasileiro. Senhores Juizes, minhas senhoras, meus senhores. Todo magistrado retira sua força da confiança outorgada pela comunidade jurídica, de sua credibilidade pública, de sua autoridade, do seu conhecimento da doutrina e da jurisprudência e da vivência da judicatura.

Este é o capital pessoal e profissional de Sua Excelência, o Juiz RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, que hoje chega à Presidência deste Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil, pelos méritos de que é portador e por suas qualidades profissionais e humanas; pelos conhecimentos jurídicos que acumulou, desde os bancos acadêmicos, passando pela 4ª Circunscrição Judiciária, Osasco, em 1976, ainda como Juiz Substituto, de onde galgou novos postos, ascendendo na Magistratura paulista. Como estudioso e professor, soube, como poucos, dar vida às palavras de *Bacon*, para quem os “juizes devem ser mais instruídos do que sutis, mais reverendos do que aclamados, mais sábios do que audaciosos. Acima de todas as coisas, a integridade é a virtude que na função os caracteriza”. Sua trajetória como Juiz de Direito nas Comarcas de Mirandópolis, Guarulhos e da Capital sempre teve como marca a inovação, os conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais e o respeito de seus pares.

Essas são três das muitas qualidades positivas do Juiz RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, que o tornam um magistrado diferenciado e preparado para ocupar o cargo em que é ora investido. A Presidência traz novas responsabilidades, que saberá responder plenamente, buscando soluções criativas para novas e antigas demandas.

Na liderança do Segundo Tribunal de Alçada Civil, certamente continuará a brilhar, com sua inteligência perspicaz, com seu espírito dinamizador, com sua generosidade e, sobretudo, com a grandeza de seu caráter. Nesse mister terá ao seu lado, o Vice RENZO LEONARDI, com quem tenho muitas coisas em comum. Nos graduamos na mesma Universidade, Mackenzie, e, antes de vestir a toga, portou a beca por 14 anos, período em que militou na Advocacia. Hoje, investido da autoridade conferida por uma vasta experiência na judicatura, onde ingressou em 1976, certamente contribuirá de forma significativa para o engrandecimento desta Corte. Tenho a firme convicção que a grande fê dos novos Presidente e Vice reside na Justiça, aquela que *Aristóteles* definiu como a preservação do “bem do outro”. Para *Aristóteles*, a recompensa do Juiz reside na honra e no privilégio de ser o protetor da justiça e, por conseguinte, da igualdade, realizada através do poder de reparar um dolo por meio da imposição de pena justa ao acusado.

Senhores Juizes, caríssimos Presidente e Vice, Doutores RENATO e RENZO: o momento grave que atravessamos motiva-me fazer breves considerações.

Entendemos que a Instituição do Judiciário tem que se constituir, efetivamente, como um Poder. É a ele que compete compor os litígios, não podendo ficar vinculado ao Executivo, só porque este detém a receita da República. Acredito em um Judiciário autônomo, isento e independente, inclusive para julgar os atos dos outros Poderes. Venho continuamente insistindo que os recursos das custas judiciais deveriam ser inteiramente revertidos para o Judiciário. Entendo que, só assim, será possível chegar à necessária autonomia financeira, que permitirá responder às demandas por maior número de Juizes e servidores, além de instalações condignas e equipamentos modernos que facilitem o trabalho dos operadores do Direito e democratizem a Justiça, como anseia o povo brasileiro.

A Reforma do Judiciário, que vem sendo retomada do ponto inicial pelo atual Ministro da Justiça, Doutor Márcio Thomaz Bastos, se conduzida de forma célere, poderá representar um novo ciclo na vida do Judiciário brasileiro, desde que reveja, entre outros pontos, a legislação processual, que alimenta a morosidade da Justiça. Há que se preservar o Judiciário, tornando-o forte, autônomo, produtivo, inovador, moderno e aparelhado para cumprir seu dever constitucional de dar a cada um o que é seu e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. O Poder Judiciário, nunca é demais lembrarmos, encarna a própria garantia da existência de uma sociedade organizada, que difere do caos. Preocupa-nos, senhores, o avanço do crime organizado, que vem se infiltrando no Executivo, no Legislativo e no próprio Judiciário. Continuadas denúncias dão conta de diferentes formas de cooptação, que mancham vergonhosamente a imagem das instituições nacionais, e que estão a merecer o continuado repúdio de

todo o mundo jurídico. A dignificação da missão pública não pode ser execrada por poucas exceções. Tenho a certeza de que a integridade das instituições brasileiras reside no lastro do Judiciário.

Devemos, portanto, juntos, continuar vigilantes, empunhando a bandeira da moralidade e do respeito à coisa pública e na crença de um país mais justo e livre da corrupção e do crime. Esse compromisso, senhoras e senhores, acredito ser inadiável. Está na hora de mudar a cara do Judiciário, de mudar o próprio Judiciário. E Vossas Excelências, Senhores Presidente e Vice, muito devem contribuir para isso. Esta missão também lhes pertence. Estas considerações, longe de significar pessimismo, têm a intenção de servir como alerta, para que redobremos o esforço pela consolidação dos valores e princípios de nossa democracia. Por último, quero prestar uma homenagem aos Dignos e Ilustres Juizes aqui representantes, desejando-lhes sucesso em sua nova sagrada missão. Aos caros amigos, Presidente RENATO SANDRESCHI SARTORELLI e Vice RENZO LEONARDI, meu sincero desejo de uma gestão vitoriosa a serviço da Justiça.

Muito obrigado!”

Em nome do Ministério Público, usou da palavra o Dr. LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, Procurador-Geral de Justiça, que assim se manifestou:

“Exmo. Sr. Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, DD. Presidente do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Dr. Alexandre de Moraes, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, neste ato representando o Sr. Governador, Dr. Geraldo Alckmin Filho; Exmo. Sr. Presidente Renato Sartorelli, ora empossando; Exmo. Sr. Desembargador Adalberto Denser de Sá, 1º Vice-Presidente em exercício do E. Tribunal de Justiça; Exmo. Sr. Desembargador Luiz Elias Tâmbara, DD. Corregedor Geral da Justiça; Exmo. Sr. General de Divisão Marco Antonio Tilsher Saraiva, Comandante da Segunda Divisão do Exército; Exmo. Major Brigadeiro-do-Ar José Orlando Bellon, Comandante do IV Comando Aéreo Regional; Exmo. Sr. Vice-Presidente empossando, Dr. Renzo Leonardi; meu caro Presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo, Dr. Orlando Maluf Haddad; nosso Presidente que nos deixa hoje a Presidência, Dr. João Carlos Saletti; Srs. Desembargadores; Srs. Juizes; Srs. Procuradores de Justiça; Srs. Advogados; Senhoras e senhores:

Num momento da História do País marcado pela esperança como pela incerteza, renova-se a direção deste E. 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. A data de hoje deveria marcar, simplesmente, a festiva transmissão da direção deste Egrégio Tribunal. No entanto, não é possível ficar calado ante o brutal assassinato de que foi vítima o Juiz Antonio José Machado Dias, da Comarca de Presidente Prudente. O fato, além de re-



presentar sinistra tragédia que ceifou a vida de magistrado exemplar, tem um significado muito mais grave. O homicídio constituiu, na realidade, um atentado terrorista, destinado a desafiar a autoridade da magistratura e do Estado democrático brasileiro. Para tanto se atingiu um magistrado, que detinha função delegada do povo brasileiro, ao exercitar parcela de sua soberania, na elevada missão de distribuir justiça e manter a paz social. Para que o martírio do Juiz Antonio José Machado Dias, no cumprimento do dever, não seja em vão, imperiosa é a necessidade de fazer cessar a letargia com que, tragédia após tragédia, o Estado brasileiro reage. É necessário que se reforme a Lei de Execução Penal para permitir que o regime hoje considerado como disciplinar, de maior rigor no cumprimento de pena, possa ser aplicado por tempo indeterminado aos criminosos mais perigosos. Imperioso, também, é impedir a promiscuidade que permite a criminosos transformar as prisões em escritórios empresariais do crime organizado.

O Estado democrático não pode hesitar em punir rigorosamente condutas que atentem contra os pressupostos da sua existência, sob pena de perder o monopólio do uso da força para organizações criminosas. É hora de enfrentar esses desafios com firmeza, de forma organizada e contínua, para que tragédias como esse brutal assassinato não venham mais a abalar a credibilidade do Estado democrático. Quando se trata de transformar o País, adequando suas instituições de modo a possibilitar a grande arrancada de paz e de prosperidade que seu povo tanto anseia, vem à ordem do dia a reforma do Poder Judiciário, que parecia ganhar corpo no final da legislatura passada, mas que tudo indica será reiniciada, pouco se aproveitando da elaboração que vinha em curso. De reconhecer, porém, que a reforma interrompida não parecia dar a melhor solução aos grandes problemas da administração da Justiça, marcadamente a morosidade na solução dos processos e o acesso ao Poder Judiciário.

Anuncia-se agora a retomada do debate sobre o tema e esse é o grande desafio que se põe aos que militam no mundo jurídico. Não há a possibilidade de ampliar significativamente os quadros das diversas carreiras jurídicas, nem de dotá-las de crescentes recursos materiais, ante as notórias dificuldades financeiras que angustiam o Poder Público, em todas as suas esferas. Faz-se necessário encontrar caminhos que, dentro desses constrangimentos, ensejem, no entanto, enfrentar com sucesso os graves problemas que nos afligem e que tanto afetam todos quantos necessitam do Poder Judiciário para atender aos seus legítimos interesses, notadamente as camadas mais pobres da população, até aqui mal servidas por uma assistência jurídica deficiente quando não inexistente. Esse quadro de grandes dificuldades não há de nos desanimar, porém. Haveremos de encontrar na nossa experiência, no nosso espírito público, na disposição de dotar o País de instituições à altura da gravidade do momento e das exigências da consolidação de nossa democracia, os caminhos que resul-

tem no significativo aprimoramento de nossa atividade. E estas esperanças mais se justificam neste E. Tribunal, nascido na euforia do milagre brasileiro, posto que também numa época de grande obscurantismo político.

Surgiu, porém, marcado pela vocação social, incumbindo-se basicamente dos conflitos da locação e dos acidentes do trabalho. E, desde os primeiros tempos, soube ser fiel à tradição do Tribunal de Alçada, que já no início da década de 1960 dava início à construção da jurisprudência da dívida de valor, no campo acidentário, buscando resguardar, ainda que parcialmente, esse crédito, da corrosão inflacionária, então crescente no País. Com essa sensibilidade social esta E. Corte por certo saberá indicar caminhos para adequação do Poder Judiciário aos grandes reclamos da população brasileira. E à frente deste alto Sodalício estarão nos próximos dois anos, dois eminentes Magistrados, cuja carreira até aqui justifica nossa esperança de que este E. Tribunal seguirá na sua trajetória de bem servir à sociedade paulista.

O novo Presidente, Dr. RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, já se aproxima de três décadas no serviço da Magistratura, a maior parte vivida nesta alta Casa de Justiça, de tão belas tradições, bem conhecendo seus problemas e tendo a experiência e o dinamismo necessário para dirigi-la na busca das almeçadas soluções. Este Colendo Tribunal, que teve no biênio que se encerra o lúcido e proficiente comando do eminente Juiz João Saletti, por certo persistirá na mesma trilha, sob a nova Presidência. O Dr. RENATO SARTORELLI, pelo conhecimento jurídico e pela capacidade de trabalho já evidenciados, pela militância já superior a uma década neste alto Sodalício, tem todas as condições de assumir seu comando nesta hora difícil, em que a grande missão de todos quantos têm responsabilidades mais elevadas nas carreiras jurídicas é não frustrar as esperanças do povo brasileiro. E isso em que pese a todos os problemas que hoje nos afligem.

E na Vice-Presidência estará o preclaro Juiz RENZO LEONARDI, que ingressou na Magistratura de São Paulo pouco depois do novo Presidente. Seus últimos anos de advocacia, antes de se tornar Juiz de Direito, deram-se em sindicato de trabalhadores, numa fase em que a concretização dos direitos destes encontrava enormes obstáculos, pois o País estava dominado pelo autoritarismo. Como o digno e culto Presidente, viveu neste Colendo Tribunal grande parte de sua carreira no Poder Judiciário. Integrou a assessoria de meu saudoso pai, na Corregedoria Geral da Justiça, quando já se destacava como figura de escol na Magistratura paulista, tanto que serviu nas mesmas funções a três outros eminentes Corregedores Gerais, exercendo atualmente o prestigioso cargo de Presidente da APAMAGIS. Tratam-se de dois ilustres Juizes que bem conhecem as grandezas e as dificuldades da atividade jurisdicional. Em boa parte da carreira vêm servindo nesta alta Casa de Justiça, que requer de seus integrantes aguda sensibilidade social. Saberão, sem nenhuma dúvida, con-

duzir com mãos firmes este E. Tribunal neste momento de muita expectativa, de enormes dificuldades mas também e felizmente de muita esperança. Merecem, pois, as nossas congratulações e o mais largo crédito de confiança, por tudo quanto já realizaram no exercício da judicatura neste Estado, o que se confirma por terem feito jus à eleição por seus ilustres pares. Recebam, pois, os nossos votos de feliz gestão e que possam contribuir relevantemente para que o E. 2º Tribunal de Alçada Civil siga em sua gloriosa trajetória e sobretudo esteja à altura de cumprir sua alta missão, na busca de novos caminhos para o Poder Judiciário no Estado e no País.”

Na ocasião, o Exmo. Juiz LUIZ ANTONIO RODRIGUES DA SILVA foi convidado pela E. Presidência, a falar em nome deste Tribunal, proferindo a seguinte homenagem:

“Excelentíssimo Senhor Doutor Renato Sandreschi Sartorelli, DD. Presidente desta Corte, ora empossado; Excelentíssimo Senhor Doutor Renzo Leonardi, mui Digno Vice-Presidente desta Corte, também recém, imediatamente há pouco empossado; Excelentíssimo Senhor Doutor João Carlos Saletti, DD. ex-Presidente desta Corte, transmissor do cargo ao eminente Juiz Renato Sartorelli; Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Augusto Nigro Conceição, DD. Presidente do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, Chefe do Poder Judiciário Paulista; senhoras funcionárias, senhores funcionários:

Na pessoa do Desembargador Nigro Conceição, peço permissão para saudar, para reverenciar todas as demais autoridades aqui presentes.

Minhas senhoras e meus senhores: principio minha alocução trazendo à memória de todos nós uma passagem que nos foi contada por um orador que aqui esteve, não faz muito tempo, falando em nome da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo. Ele de sua feita lembrava uma dicção, uma afirmativa de um grande tribuno, talvez o maior deles, da Revolução Constitucionalista de 32, o grande Ibrahim Nobre, advogado, jornalista, famosíssimo pela sua vibrante retórica. E dizia esse orador que Ibrahim Nobre certa feita disse que o improvisado não existe, ele vem escrito na alma de quem o profere. Pois bem. É de meu feitio, é de meu costume, já de longa data, ainda que nos momentos mais solenes, proferir palavras de improvisado, precisamente porque elas tendem a significar, e sempre, graças a Deus, o fizeram, exatamente aquilo que trago escrito dentro do meu coração. Falo, como sempre o fiz, emocionadamente. O improvisado serve para mostrar a pureza da alma que penso ter.

Os sentimentos que começo a expressar são os sentimentos que tenho e que exponho em nome não só meu como em nome do corpo de juizes desta Casa e de seu dedicadíssimo corpo funcional. O momento que passamos, que vivemos, é terrível. Nós estamos a menos de 24 horas de uma conflagração de conseqüências indimensionáveis. O mundo está

como que extremamente preocupado em razão da beligerância que está prestes a tomar conta do Golfo Pérsico, sem que se saiba, sem que possamos saber, a que ponto poderá chegar o desastre. Ao mesmo tempo, o Brasil enfrenta também uma verdadeira guerra civil, que deixou de ser sibilina, deixou de ser suavemente silenciosa, hoje é manifesta. Na sexta-feira, 14 de março deste ano, há 3 dias, portanto, foi assassinado brutalmente um magistrado cumpridor de seus deveres com absoluta retidão e probidade. Não poderia deixar de referi-lo, como fizeram os oradores que me precederam, não poderia deixar de referir nesta homenagem um preito e um pranto ao Doutor Antonio José Machado Dias. Sua Excelência, que honrou a toga que vestiu, foi dizimado por uma ação criminosa que suspeitamos com seriedade seja uma ação absolutamente organizada por grupos sociais criminosos que se ordenam hoje qual realmente uma entidade social politicamente organizada. Pois bem, nesse quadro de quase guerra lá fora, de conseqüências imensuráveis, e de guerra civil praticamente expressa com a violência que temos neste país, principalmente na região do Sudeste para baixo, acho que é hora de repensar o tema da Justiça. Um sumo pontífice da Igreja Católica certa feita disse com muita propriedade: “A paz é fruto da Justiça”.

Só por aí, senhoras e senhores, já se vê a importância da solenidade de que estamos participando, dando posse a mais dois novos dirigentes de uma casa de justiça que cumpre suas tradições de bem servir o Judiciário. Se a paz é efetivamente fruto da Justiça, nos ombros dos juizes, dos membros do Ministério Público, dos advogados e dos servidores da Justiça repousa uma responsabilidade enorme, que é a responsabilidade de construir as bases da fé democrática e da Justiça. Feitas essas observações, gostaria de passar a homenagear, individualmente, cada um dos três próceres maiores desta Corte: o Presidente que sai, o Presidente e o Vice-Presidente que entram. Dr. João Carlos Saletti, posicionado bem à minha esquerda, bem do lado do coração: receba, de minha parte e da parte dos servidores e dos juizes desta Corte, o signo da gratidão pelos elevados esforços no sentido do aprimoramento dos serviços desta Casa.

Vossa Excelência lembrou, na sua prestação de contas de hoje, inúmeras das suas realizações. Eu gostaria de acrescentar uma, para dar o toquezinho pessoal da sua sensibilidade. Sabemos que, de cinco em cinco anos, este Tribunal comemora os seus lustros de existência. O ano passado foi o sexto lustro, 30 anos de existência. Sempre houve a comemoração, a memorização, o registro, através dos quadros de retratos dos componentes deste Tribunal. Sempre, nesses quadros, constaram os juizes titulares componentes da Corte. Entretanto, desta feita, acrescentaram-se aos retratos as fotografias dos nobres, verdadeiros parceiros de que Vossa Excelência se lembrou em seu discurso de hoje, aos nossos grandes camaradas, dos companheiros, juizes substitutos em segundo grau, isto é, dos popularmente conhecidos como “pingüins”, que são verdadeiros par-

ceiros nas lutas dos juízes, que trabalham tanto quanto os juízes titulares, produzem tanto quanto eles e por isso mereceram, num gesto de profunda sensibilidade, de equidade, a postura do Dr. João Saletti, de colocar-lhes a memória no quadro de retratos dos 30 anos. Isso para mostrar uma faceta da sensibilidade de Sua Excelência, o Presidente que nos deixa e que não poderia deixar de ser lembrado, homenageado, neste instante.

De RENATO SANDRESCHI SARTORELLI e de RENZO LEONARDI, é facilimo falar, porque conhecidos de todos pela operosidade, pela generosidade, pela franqueza, pela abertura de espírito, pela cultura, que não é só jurídica. E, aí, eu gostaria de lembrar mais dois dados da sensibilidade.

RENATO, além de ser um sensível juiz e de ter sido um sensível professor também, na Pontificia Universidade Católica, é, também, um sensível violonista. Poucos sabem disso. Faço questão de deixar público para mostrar, provar até, aquilo que dizia o meu grande mestre de Introdução à Ciência do Direito, Professor *Goffredo da Silva Telles Júnior*: “o jurista que é só um jurista não é um jurista, é uma triste coisa”. Então, estou mostrando mais um aspecto de quem, além de jurista, jurista que entende do Direito, entende também de outras coisas boas da vida: um bom violão.

Doutor RENZO LEONARDI, quem não se lembra dele defendendo cores verdes no basquetebol? Campeão brasileiro de basquetebol! E a atividade na liderança dos nossos ideários dentro da Associação Paulista de Magistrados. Falar de pessoas do nível de Vossas Excelências, do nível de João Carlos Saletti é muito fácil, ainda que o orador não seja, como eu, dos melhores. É muito fácil exprimir sentimentos elevados de pessoas que também os portam, de pessoas que representam realmente uma nata daquele meio em que nós vivemos, do nosso ambiente social.

Senhoras e senhores, gostaria de dar encerro à minha despretensiosa alocação lendo o trecho de uma oração feita por um magistrado, João Alfredo Medeiros Vieira, e que acredito seja absolutamente apropriada ao momento que vivemos, como lembrança do fardo que nós todos carregamos, nós juízes e claro que, por tabela, nossos funcionários, os advogados, os membros do Ministério Público, os servidores da Justiça.

Essa prece — Prece de um Juiz — foi feita por *João Alfredo Medeiros Vieira*, quando ele se emocionou — é uma verdadeira poesia — e, tomado dessa “santa” emoção, lançou-se a escrever essa poesia em prece ou prece em poesia. Era um caso de que ele participara como magistrado, era um caso criminal, que, por envolver emoções tremendas, disputas tremendas entre seres humanos, acabou por inspirá-lo.

E eu vou ler aos senhores, com toda a vênia em homenagem também ao Juiz Antonio José Machado Dias, trechos dessa oração que acho que são perfeitamente adequados ao momento.

Diz Medeiros Vieira: “Senhor! Quão pesado e terrível é o fardo que puseste nos meus ombros! Ajuda-me, Senhor! Faze com que eu seja digno desta excelsa missão! Que não me seduza a vaidade do cargo, não me invada o orgulho, não me atraia a tentação do mal, não me fascinem as honrarias, não me exaltem as glórias vãs! Unge as minhas mãos, cinge a minha fronte, bafeja o meu espírito, a fim de que eu seja um sacerdote do Direito, que Tu criaste para a sociedade humana. Faze da minha toga um manto incorruptível. E da minha pena não o estilete que fere, mas a seta que assinala a trajetória da lei, no caminho da Justiça. Ajuda-me, Senhor! Quando as minhas horas se povoarem de sombras; quando as urzes e os cardos do caminho me ferirem os pés; quando for grande a maldade dos homens; quando as labaredas do ódio crepitarem e os punhos se erguerem; quando o maquiavelismo e a solécia se insinuarem nos caminhos do bem e inverterem as regras da razão; quando o tentador ofuscar a minha mente e perturbar os meus sentidos, ajuda-me, Senhor! Quando me atormentar a dúvida, ilumina o meu espírito; quando eu vacilar, alenta a minha alma; quando eu esmorecer, conforta-me; quando eu tropeçar, ampara-me!” — e agora dirigido a Machado Dias, mais especificamente — “E, quando um dia, finalmente, eu sucumbir e, já então como réu, comparecer à Tua augusta presença para o último juízo, olha compassivo para mim. Dita, Senhor, a Tua sentença. Julga-me como Deus. Eu julguei como homem!”

Muito obrigado a todos.”

Dando continuidade à Sessão e, retribuindo as congratulações recebidas, o Exmo. Juiz Vice-Presidente, Doutor RENZO LEONARDI, proferiu as seguintes palavras:

“Exmo. Sr. Juiz Renato Sandreschi Sartorelli, DD. Presidente deste Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil, cujo cargo hoje principia; Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição; Exmo. Sr. Juiz João Carlos Saletti, DD. Presidente cujo cargo hoje se ultima; Professor Alexandre de Moraes, DD. Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, por si e representando o Senhor Governador Geraldo Alckmin, em cujas pessoas peço vênias para saudar todas as demais autoridades aqui presentes, cujos nomes foram declinados. Exmos. Srs. Desembargadores, Senhores Juizes, Senhoras Juizas de Direito, Senhores Juizes de Direito, Drs. Procuradores e Promotores de Justiça, Senhores Deputados aqui presentes, eminentes colegas e amigos do 2º Tribunal de Alçada, nobres Advogados, Senhoras e Senhores funcionários da Corte, minhas Senhoras e Senhores:

Nesta solenidade de comemoração da posse do Juiz RENATO SARTORELLI na Presidência deste 2º Tribunal de Alçada Civil e da Vice-Presidência desta Corte, na minha pessoa, este era o momento esperado

por mim para externar, aos quatro ventos, alegria e agradecimentos a todos os que, a cada um a seu modo, ao longo de minha vida, me conduziram até aqui. Então, neste instante, deveria falar de minha família, o alicerce, o fundamento de todas as coisas. Deveria falar sobre a minha esposa Lourdes, a querida namorada que, pela primeira vez, vi e vim conhecer na Associação Desportiva Floresta, com quem estou casado há mais de 40 anos e deveria dizer a ela, como ora digo, para expressar este amor, desde a nossa juventude, na poesia da estrofe da canção vencedora do festival de “San Remo”, “... *che tu sei il mio grande amore e che nella vita dell mio cuore ci sei sollo tu*”.

Dos filhos havidos, o primogênito Paulo César Leonardi, que se tornou médico e que se atarefa em fazer retornar saúde àqueles que trazem moléstias no campo da gastroenterologia e que ainda encontrou tempo com a sua Cristina a me agradecer com os netos Christi e Renzo Lucca. Da minha Cyanna Valéria Leonardi, hoje Ravetti, doutora do coração dos pequeninos, na pediatria da Unicamp, da região de Campinas e das cidades satélites daquela macrorregião. Do Dr. Renzo Eduardo Leonardi que, como o pai o fez, segue na advocacia nos sindicatos, em prol do direito dos trabalhadores, e que presenteou a mim e a Lourdes, de seu casamento com Tereza Cristina Kumi Grassi, com a beleza e a graça de Ana Carolina, Camila Cristina e Catherina Beatriz. De Fernando Ricardo Leonardi, que, para a felicidade do casal, veio temporão e que se prepara e que está na lida para seguir na trilha do pai.

Deveria falar do meu aprendizado na escola pública, do jardim da infância, do grupo escolar e do ginásio no Instituto de Educação Caetano de Campos, da Diretora severa e disciplinadora, Dona Carolina Ribeiro e da inesquecível Professora de português, Dona Chiquinha Rodrigues. Do curso científico, no Colégio Roosevelt da Rua São Joaquim, na Liberdade, dos também inesquecíveis Professores Cruz (matemática), Deusdá (história geral — “*Le moyen age*” — e história do Brasil) e o Professor Markópolos, um grego ensinando francês. Do curso de bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (quinta turma), em cuja classe vieram pontificar na Magistratura Bandeirante George de Menezes Gomes, Volney Corrêa Leite de Moraes Jr., José Roberto Barbosa de Almeida, José Rodrigues de Carvalho Netto (o Zé Baiano), Franklin Saldanha Neiva e o querido Murilo de Mattos Faria Jr., o Murilinho, que estará sempre vivo em nossos corações, com sua alegria e jovialidade. Dos mestres de Direito que nos repassaram seus conhecimentos e, dentre inúmeros, lembro do Desembargador Manoel Augusto Vieira Netto, que aos alunos moldou, Professor de minha classe desde o primeiro ano do bacharelado e que mais tarde se tornou o paraninfo da turma com muita justiça. Do Professor e Doutor Paulo José da Costa Jr., também figura inesquecível para mim, tanto que me determinou fazer o exame oral em direito penal, no segundo ano, na língua italiana.

Deveria falar do menino de 9 (nove) anos que começou a correr conduzindo e ou atrás de uma bola na então Associação Desportiva Floresta, na Ponte Grande, do noviciado no mirim, depois no infantil, no juvenil (campeão), aspirantes e depois a categoria principal — campeão pela última vez em 1957, depois a Sociedade Esportiva Palmeiras, um sonho acalentado na juventude e que se tornou real e, alguns anos depois, levado pelo amigo Wadih Helú, que ainda enxergava predicados no atleta, para o Esporte Clube Corinthians Paulista, cuja fortíssima equipe se sagrou hexacampeã paulista, bicampeã Sul-Americana e 3ª colocada no Campeonato Mundial, em Varese, na Itália. Deveria falar de meus pais, que moldaram meu ser e meu caráter. De Enrico Giuseppe Leonardi, que, aos 17 anos, lutou nos Alpes contra os exércitos do império austro-húngaro, e que teve reconhecido o seu heroísmo na batalha “*di Caporetto*”, com o encômio à nação concedido pelo Rei da Itália. Possuía no seu olhar o azul celeste do céu da Toscana e a translúcida inteligência do homem do mediterrâneo. Desde logo me fez compreender que sem estudo e sem disciplina jamais se pode almejar alguma coisa. Como todo florentino não dizia que era italiano, mas, sim, florentino, e que todo aquele nascido em Florença tinha por obrigação ter na memória a vida e a história “*di*” Michelangelo Buonarroti, conhecer da escultura e da arquitetura “*di*” Filippo Brunelleschi e a poesia “*di*” Dante Alighieri. De minha querida e inesquecível mãe, dona Ítala Cioni Leonardi, “*nata a Lucca, nella Toscana*”, região em que nasceu a língua italiana. Dela tenho a mais viva lembrança de seu caráter enérgico e de seu vulto bondoso, cuja voz ainda ecoa na minha mente: quando criança colocava-me para dormir, narrando estórias das colinas daquela terra, de suas pequenas cidades e povoados e da terna poesia do gênio de Puccini.

Do tempo do exercício da advocacia (quase 14 anos), na Av. Liberdade, 91, 10º andar, quando conheci um cearense da boa cepa, natural de Itapipoca, verdadeiro formador de homens, pessoa encantadora, conhecedora e fiscalizadora do vernáculo (ele se dizia capitão-do-mato), Raimundo Pascoal Barbosa, meu modelo como homem, honesto, puro de intenções e, acima de tudo, amigo de quem não só sou testemunha, mas de quem sou devedor. De Hélio Fiorillo, Cândido Theobaldo de Souza Andrade, Cláudio de Luna e José Turcato. De Zulaiê Cobra Ribeiro, de Angélica Maria Mello de Almeida, Florindo Munhoz Venegas e Antônio Carlos dos Reis. Do meu ingresso na carreira da Magistratura Bandeirante, em 1976. Das Comarcas de Ibiúna, da trabalhosa Poá, Juiz auxiliar da Capital, indo exercer a judicatura com o inefável Laerte Nordi, irmão de toda hora. Da equipe de correições, em que permaneci por quase 6 anos. Da 22ª Vara Cível, das Varas dos Registros Públicos, com os Juizes José de Mello Junqueira, Regis Fernandes de Oliveira e Paulo Bonito Jr. Depois, a promoção por merecimento para a 10ª Vara da Família e das Sucessões e a permuta, depois de 45 dias, para a 25ª Vara Cível da Capital, até que, no mês de março de 1990, vim a este Tribunal, como Juiz Subs-



tituto em 2º grau e, após, em 1993, para o cargo de Juiz do 2º TAC com assento na 8ª Câmara, por quase 10 (dez) anos, onde tive a grata satisfação de aprender com Newton Martins Costa, José Horácio Cintra Gonçalves Pereira, o saudoso Plínio da Cunha Cintra, Narciso Orlandi e Milton Gordo. Durante minha estada neste Egrégio Tribunal, tive a ventura de contar com o auxílio de meu dileto amigo, o Juiz aposentado em 1986, Francisco Antônio Rodrigues Gambardella, amigo desde o instante em que começamos a estudar para ingressar na Magistratura de São Paulo no ano de 1975, e que veio auxiliar-me, por mim convidado, como assessor em outubro de 1993, quando fui promovido a titular desta Corte, a quem muito agradeço pela companhia fiel e por sua amizade. Deveria lembrar de agradecer à escrevente Andréa Maldonado que, desde 1997, com perfeita paciência suportou o chefe ranzinza e por vezes mal-humorado; agradeço o muito com que trabalhou em prol do serviço, com dedicação e superior competência. Hoje deixo a Egrégia 8ª Câmara para as inteligências de Ruy Coppola, Orlando Pistoressi, Kioitsi Chicuta, Sidney Roberto Rocha de Souza e Walter Antonio Zeni, colegas e amigos de quem me afasto com dor no coração. Portanto, de tudo isso eu deveria expressar com melhores palavras, com mais poesia e grandeza, ou, como bem disse o gênio de *Camões*, com "... hum som alto e sublimado, Hum estilo grandiloco e corrente ...", que só os Deuses emprestam aos humanos. Mas, devo dizer, o momento pelo qual perpassa a Magistratura de São Paulo e do Brasil é dramático e a barbaridade cometida está a exigir pronto repúdio e tomada de posição integral da sociedade brasileira contra esse estado de confronto e de guerra com que estamos envolvidos pelo terror.

Devo falar do atentado mortal que ceifou a vida de um Juiz honesto, corajoso, cumpridor de suas funções, trabalhador e probo e, acima de tudo, cumpridor das leis. Falo da morte do Juiz Antonio José Machado Dias, o amigo "Turuco", executado ao fim do dia de sexta-feira passada, após às 18 horas, quando deixou o fórum dirigindo-se para a sua residência para o merecido descanso de sua faina semanal. Até que provem o contrário, a execução do Juiz Antonio José Machado Dias, Juiz da Vara das Execuções Penais e Diretor do Fórum da Comarca de Presidente Prudente, nada mais representa do que a escalada do crime organizado. A sociedade brasileira, a esse estado de insegurança, deve exigir um basta, agora. Como permitimos que essa situação chegasse a esse ponto?

Basta, pois, de pensarmos que o mal não atingirá nossa casa; devemos deixar de lado o comodismo, basta de meias palavras, de teorias estiolantes, basta de sonhar. Devemos nos tornar mais práticos e enfrentar a realidade presente. Portanto, é hora de agir já, com medidas fortes e enérgicas, porque a situação delineada é de guerra, é bélica, por mais que haja quem pretenda tergiversar. Ninguém se engane, tudo dependerá de como a sociedade brasileira reagirá; dessa reação dependerá a sobrevivência da própria Democracia, que devemos deixar intocada para nossos filhos e netos.

No âmbito jurisdicional posso afirmar, com toda a minha convicção, que a Magistratura Paulista e a Magistratura Brasileira não se intimidarão e continuarão no exercício de suas funções jurídicas, a fazer cumprir a lei.

Neste momento, peço a Deus, nosso Senhor, que receba, na sua glória, seu filho, imolado no cumprimento do dever, Antonio José Machado Dias, pois que combateu o bom combate.

Meu muito obrigado.”

Em agradecimento às homenagens prestadas, o Exmo. Juiz Presidente, Doutor RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, proferiu o seguinte discurso:

“Exmo. Sr. Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, DD. Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Exmo. Sr. Professor Alexandre de Moraes, DD. Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, por si e aqui também representando o Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Doutor Geraldo Alckmin Filho; Desembargador Adalberto Denser de Sá, DD. 1º Vice-Presidente em exercício do Tribunal de Justiça; Desembargador Luiz Elias Tâmbara, DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo; meu prezado colega, Renzo Leonardi, eleito Vice-Presidente desta Corte, em cujas pessoas peço vênias para cumprimentar as demais autoridades já declinadas ao início desta solenidade.

Quero, antes de tudo, reverenciar a memória do Juiz Antonio José Machado Dias, barbaramente assassinado no último dia 14 por marginais possivelmente ligados a organizações criminosas. A família judiciária está de luto, Sr. Presidente Nigro Conceição, e profundamente entristecida. Arriscaria dizer que se praticou um crime contra o Estado ou, como afirmou Vossa Excelência hoje pela manhã numa emissora de rádio da Capital, o crime perpetrado atingiu a própria Instituição. Não é esse, contudo, o palco adequado para se discutir formas de combate ao crime organizado. Não posso, porém, deixar de registrar a atuação firme de Vossa Excelência, já amplamente divulgada pela imprensa, concernente à adoção de inúmeras medidas que visam proteger a integridade dos magistrados, sobretudo àqueles que prestam serviços à justiça criminal. No momento, o Poder Judiciário, a uma só voz, espera das autoridades encarregadas da investigação a pronta captura dos criminosos para que possam receber a punição que merecem.

Agora, desejo prestar minha homenagem ao Presidente que se despede. A habilidade, a diplomacia e, por vezes, a energia para lograr a liberação de verbas indispensáveis à manutenção do Tribunal, marcaram a atuação firme e segura do Juiz João Carlos Saletti, no biênio que ora se encerra. Magistrado culto e administrador operoso, soube elevar o nome deste Tribunal, através de trabalho sério e desinteressado, imprimindo dinamismo e eficiência em suas ações. Quanto a mim, meus colegas bem conhecem minhas limitações como orador e o meu desapego às galas e à fatuidade. Adepto das coisas simples e informais vou falar pouco com

a convicção que a todos será muito agradável essa proposta, lembrando o que dizia o poeta *Carlos Drummond de Andrade*: “*escrever é a arte de cortar palavras*” ou, resumindo a lição de *Paul Valery*, poeta francês: “*entre duas palavras escolha sempre a mais simples e entre as simples a mais curta*”.

Cheguei à Presidência deste Tribunal pelas mãos de Deus e pela bondade de meus pares. Confesso, humildemente, que outros Juizes que compõem a Corte teriam capacidade intelectual bem superior para desempenhar essa função. Porém, no mais das vezes refletimos no olhar bondoso e complacente dos amigos, imagem que vai além do que somos na realidade. Sinto-me gratificado. Sei das minhas limitações, contudo, dedicação e vontade de acertar não me faltam. A difícil tarefa de suceder ao exemplar magistrado, João Carlos Saletti, no comando desta Corte é motivo que me tranqüiliza porque estou certo que todos saberão perdoar minhas deficiências. Trabalhar neste Tribunal tem sido motivo de júbilo e alegria. A convivência amena e fraterna entre os Juizes é fato incontroverso. A dedicação de seus funcionários é ampla e incansável.

Quanto aos avanços tecnológicos, não são recentes. O Tribunal está na *Internet* e em 1998 inaugurou o seu “*site*”. Muito se avançou permitindo o sistema, aqui desenvolvido pela Diretoria de Informática, o conhecimento imediato das informações lançadas, desde que o usuário esteja a ele conectado, serviço, diga-se de passagem, prestado sem nenhum ônus para o destinatário. O prédio que abriga os Gabinetes é moderno, bem equipado e confortável. E o que é mais importante: está junto à sede. Apesar do sistema processual arcaico de que dispomos, mais a estimular a procrastinação do litígio do que a satisfação do direito perseguido, os Juizes da Corte continuam a cumprir sua missão acumulando forças para julgar mais com a mesma qualidade, mercê do sacrifício empreendido na busca do ideal maior de justiça.

Tome-se, como exemplo, os inúmeros mutirões realizados com objetivo de reduzir a pletora de feitos aqui armazenados, isso sem falar da Resolução n. 1/2002, recentemente editada e aprovada em Sessão Plenária, que determinou, dentre outras providências, a distribuição extraordinária de ações de acidentes do trabalho. Isso, porém, não basta. Mais é preciso fazer. Devemos nos mobilizar. Nada se resolverá se o jurisdicionado tiver que continuar esperando pela solução de sua causa indefinidamente. A modernização do processo é urgente. De nada vale a Constituição ser justa e igualitária se, ocorrendo a violação de um direito, a parte tiver de aguardar anos a fio para vê-lo reconhecido. Os numerosos recursos existentes na legislação processual impedem a consumação final da justiça. A crise, portanto, atinge profundamente e sobretudo os Tribunais, os quais, a persistir tal situação, em breve prazo estarão inviabilizados. Há necessidade urgente da reforma das leis processuais. Existem setores da sociedade que não têm qualquer interesse em ver um Judiciário rápido, justo e eficaz. Os desonestos tudo fazem para poder instigar o povo a

desacreditar nas instituições. E justamente por isso que aqueles que lutam e se sacrificam diuturnamente pela supremacia da moralidade e da boa distribuição de justiça têm o dever de reagir com veemência para que a reforma do Poder Judiciário atinja seu verdadeiro objetivo, que é a celeridade na resolução dos conflitos, assegurando às partes o reconhecimento e a restauração do direito lesado, afastando-lhes as angústias e incertezas da espera prolongada pela conclusão dos processos que dormem nos escaninhos dos Tribunais.

De há muito trago comigo a idéia da necessidade de revisão de formas sacramentais inúteis, da alteração de mecanismos que tornam a justiça lenta, fazendo com que o processo se arraste por longos anos, muitas vezes obstaculizando a reconquista do direito ofendido. Para isso não basta a ação de um só ou de poucos. É preciso uma participação ativa e conjunta dos operadores do direito sobre a urgência dessa tarefa voltada sobretudo aos interesses maiores da população. Muita gente morre sem ouvir a sentença final de seu processo, o que significa o descrédito da sociedade na justiça. E um povo sem justiça é um povo sem paz. Longe de sugerir o aumento da carga de feitos, mensalmente distribuídos aos Juizes da Corte, o que, aliás, ocorreu recentemente por força de Resolução aprovada por este Plenário, como já tive oportunidade de enfatizar ao ser eleito Presidente, precisamos nos próximos anos, para minimizar essa crise, pelo menos, realizar criteriosa triagem dos processos aqui armazenados, buscando eliminar aqueles de menor ou nenhuma complexidade, emprestando-lhes, acima de tudo, solução rápida e monocrática, tal como preconiza o artigo 557 do Código de Processo Civil, o que pode ser alcançado através de Câmaras Extraordinárias facultativas, diga-se de passagem, já criadas mas ainda dependentes de instalação. Esse me parece o nosso maior desafio. Embora tenha prometido brevidade, acho que falei mais do que devia.

Minhas últimas palavras são de agradecimento, em especial aos Juizes que compõem esta Casa, pela generosidade e estímulo. Vou procurar não decepcioná-los. Muito obrigado aos funcionários que me incentivaram no desempenho de minhas atribuições no exercício da Vice-Presidência. Obrigado, em especial, aos servidores que compõem minha equipe de trabalho, capitaneados pelas Diretoras Nair, Luci e Kátia, exemplos de conduta funcional e cuja dedicação à causa pública mostrou-se verdadeiramente modelar. Obrigado à minha família e a todos amigos que compareceram a esta solenidade. Agradeço, também, em meu nome e de meu dileto colega RENZO LEONARDI, Vice-Presidente, as palavras amigas e estimulantes dos oradores desta cerimônia: Dr. Orlando Maluf Haddad, Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo; ao ilustre Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey e ao Juiz Luiz Antonio Rodrigues da Silva, meu querido colega e amigo que em suas manifestações une ação

ao sentimento e ao pensamento. Agradeço, ainda, as honrosas presenças do Desembargador Sérgio Augusto Nigro Conceição, DD. Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; do Exmo. Senhor Desembargador Adalberto Denser de Sá, DD. 1º Vice-Presidente em exercício do Tribunal de Justiça; do Desembargador Luiz Elias Tâmbara, DD. Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo; do Professor Alexandre de Moraes, DD. Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, por si e representando o Sr. Governador do Estado, em cujas pessoas peço licença para homenagear e agradecer todas as demais autoridades do Poder Judiciário e do Poder Executivo que vieram abrilhantar esta solenidade. Na pessoa do ilustre Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey, presto minhas homenagens aos membros do Ministério Público de São Paulo e na pessoa do Dr. Orlando Maluf Haddad saúdo a nobre classe dos advogados de São Paulo. Agradeço, também, ao Poder Legislativo na pessoa do Deputado, nosso querido amigo, Antonio Carlos de Campos Machado, aqui presente. De igual modo, registro os meus agradecimentos ao meu ilustre amigo, General Marco Antonio Tilsher Saraiva, DD. Comandante da Segunda Divisão do Exército; ao Major Brigadeiro-do-Ar, José Orlando Bellon, DD. Comandante do IV Comando Aéreo Regional; ao Dr. Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, DD. Procurador, Secretário dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo, aqui representando a Senhora Prefeita, Marta Suplicy; ao Vereador Arselino Tatto, DD. Presidente da Câmara Municipal; ao meu ilustre amigo, Brigadeiro Maximino Mendes de Oliveira Júnior, DD. Subdiretor de Abastecimento da Aeronáutica; ao Desembargador José Mário Antonio Cardinale, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; ao Juiz Homero Andretta, representando a Senhora Juíza Maria Aparecida Pellegrina, DD. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; ao Juiz Mário Álvares Lobo, meu dileto colega, DD. Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil; ao querido José Renato Nalini, meu xará, DD. Presidente do Tribunal de Alçada Criminal; ao meu amigo, Juiz Coronel PM Avivaldi Nogueira Junior, DD. Presidente do Tribunal de Justiça Militar; ao meu dileto amigo, Dr. Mauricio Prado de Almeida, DD. Superintendente da Receita Federal de São Paulo; ao DD. Sr. Secretário da Segurança Pública, Promotor Saulo de Castro Abreu Filho; ao DD. Secretário da Administração Penitenciária Nagashi Furukawa; ao Desembargador Mohamed Amaro, DD. 3º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; ao meu ilustre amigo, Desembargador Roberto Antonio Vallim Bellocchi, DD. 4º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; aos ex-Presidentes desta Casa, Desembargadores Aniceto Lopes Aliende, Nelson de Figueiredo Cerqueira, Egas Dirson Galbiatti, José de Mello Junqueira, Ruitter Oliva, José Horácio Cintra Gonçalves Pereira e Sebastião Luiz Amorim; ao Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, Alberto Silveira Rodrigues; ao Sr. Desembargador Sidnei Agostinho

Beneti, DD. 1º Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados; ao Desembargador Claudio Baldino Maciel, DD. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, e ao Juiz Heraldo de Oliveira Silva, DD. Vice-Presidente; ao meu amigo e eminente Desembargador Hêlio Quaglia Barbosa, antigo companheiro da 1ª Câmara deste Tribunal, com quem muito aprendi, DD. Diretor da Escola Paulista da Magistratura; ao Juiz Mauricio Ferreira Leite, meu dileto amigo, DD. Vice-Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil; ao Juiz Eduardo Pereira dos Santos, DD. Vice-Presidente do Tribunal de Alçada Criminal; ao Coronel PM Ubirajara Almeida Gaspar, DD. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar; ao Dr. Nelson Kojranski, DD. Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; ao Dr. Aloísio Lacerda Medeiros, DD. Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; ao meu colega Linneu Rodrigues de Carvalho, acadêmico, representando o Desembargador Carlos Renato de Azevedo Ferreira; ao Dr. Carlos Henrique Mundi, DD. Corregedor Geral do Ministério Público; ao Exmo. Dr. Marcelo Martins de Oliveira, DD. Secretário Adjunto da Segurança Pública; ao Doutor e Professor Carlos Antonio Luque, DD. Secretário Adjunto de Economia e Planejamento; ao Professor Marco Antonio de Barros, DD. Diretor do Núcleo de Ciências Jurídicas Sociais, Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas; ao Delegado de Polícia, DD. Diretor do DENARC, Doutor Ivaney Cayres de Souza; enfim a todas as demais pessoas que prestigiaram esse evento.

Dando por encerrada a sessão, como mensagem final, invoco o poeta *Fernando Pessoa* para quem: *“De tudo ficam três coisas: / A certeza de que estamos sempre recomeçando... / A certeza de que precisamos continuar... / A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar... / Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo. / Da queda, um passo... / Do medo, uma escada... / Do sonho, uma ponte... / Da procura, um encontro...”*

Muito obrigado.”

**HOMENAGEM PRESTADA AO EXMO. JUIZ ANTÔNIO  
MARCONDES D'ANGELO POR OCASIÃO DE SUA POSSE NO  
CARGO DE JUIZ DO SEGUNDO TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL  
DE SÃO PAULO**

**SESSÃO PLENÁRIA SOLENE PARA ELEIÇÃO DOS EXMOS.  
JUÍZES RENATO SANDRESCHI SARTORELLI E RENZO  
LEONARDI NOS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-  
PRESIDENTE, RESPECTIVAMENTE, DO SEGUNDO TRIBUNAL  
DE ALÇADA CIVIL DE SÃO PAULO**

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA SOLENE 10 DE MARÇO DE 2003**  
**POSSE DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ VICENTE ANTÔNIO**  
**MARCONDES D'ANGELO**  
**ELEIÇÕES PARA OS CARGOS DE PRESIDENTE E VICE-**  
**PRESIDENTE**

Presidente: Exmo. Juiz JOÃO CARLOS SALETTI

Vice-Presidente: Exmo. Juiz RENATO SANDRESCHI SARTORELLI

Procurador de Justiça: Exmo. Dr. MÁRCIO CUNHA BERRA

Secretário-Diretor Geral: Bel. LUIZ ANTONIO MONTEIRO ARCURI

Às treze horas e trinta minutos do dia dez de março de dois mil e três, com a presença do Exmo. Senhor Presidente, Juiz João Carlos Saletti, do Exmo. Senhor Vice-Presidente, Juiz Renato Sandreschi Sartorelli, e dos Exmos. Juizes Andreatta Rizzo, Magno Araújo, Norival Oliva, Rodrigues da Silva, Ribeiro da Silva, Antonio Maria, Renzo Leonardi, Francisco Casconi, Souza Moreira, Amaral Vieira, José Malerbi, Mendes Gomes, Artur Marques, Campos Petroni, Clóvis Castelo, Vianna Cotrim, Claret de Almeida, Eros Piceli, Isabela Gama de Magalhães, Gama Pellegrini, Luís de Carvalho, Melo Bueno, Pereira Calças, Celso Pimentel, Gomes Varjão, Ruy Coppola, S. Oscar Feltrin, Orlando Pistoresi, Aclibes Burgarelli, Américo Angélico, Felipe Ferreira, Francisco Thomaz, Cambrea Filho, Luiz De Lorenzi, Amorim Cantuária, Irineu Pedrotti, Miguel Cucinelli, Lino Machado, Paulo Ayrosa, Nestor Duarte, Kioitsi Chicuta, Ferraz Felisardo, Antonio Rigolin, Rosa Maria de Andrade Nery, Palma Bisson, Henrique Nelson Calandra, Vanderci Álvares, Sebastião Flávio, Romeu Ricupero, Cristiano Ferreira Leite, Linneu de Carvalho, Carlos Russo, Sá Duarte, Cristina Zucchi, Rocha de Souza, Regina Capistrano, Júlio Vidal, Armando Toledo, Luiz Eurico e Marcondes D'Angelo foi aberta a Sessão. Presentes, ainda, os Exmos. Juizes de Direito Substitutos em Segundo Grau, designados para auxiliar neste E. Tribunal, Willian Campos, Vieira de Moraes, Walter Zeni, Gilberto dos Santos, Soares Levada, Arantes Theodoro, Gil Coelho, Thales do Amaral, Egidio Giacoia e Neves Amorim, bem como as seguintes autoridades: Exmo. Dr. Alexandre de Moraes, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, representando o Exmo. Dr. Geraldo Alckmin Filho, Governador do Estado de São Paulo; Exmo. Juiz Mário Álvares Lobo, Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil; Exmo. Desembargador Francis Selwyn Davis, ex-Presidente do Tribunal de Justiça; Exmo. Dr. Francisco Occhiuto, Juiz Auxiliar da 1ª Vice-Presidência, representando o Exmo. Desembargador Luís de Macedo, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, bem como o Exmo. Desembargador Adalberto Denser de Sá, 1º Vice-Presidente em exercício do Tribunal de Justiça; Exmo. Dr. Márcio Cunha Berra, Procurador de

Justiça, representando o Exmo. Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey, Procurador-Geral de Justiça; Exmo. Dr. Márcio Cammarosano, Conselheiro, representando o Exmo. Dr. Carlos Miguel Castex Aidar, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Secção de São Paulo; Exmo. Dr. Nelson Kojranski, Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; Exmo. Dr. Aloísio Lacerda Medeiros, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; Exmo. Juiz Renzo Leonardi, Presidente da Associação Paulista de Magistrados; Exmo. Desembargador Walter Theodósio, Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Santos.

Dando início à solenidade, a Presidência convidou a todos para ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

Após, o Exmo. Juiz Presidente, João Carlos Saletti, solicitou ao Exmo. Juiz José Carlos Andreatta Rizzo que, em nome deste E. Tribunal, fizesse a entrega de uma placa de prata ao novel Juiz Vicente Antonio Marcondes D'Angelo, como uma singela lembrança pela posse do Ilustre Magistrado nesta Corte.

Em seguida, representando o Dr. Carlos Miguel Castex Aidar, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Secção de São Paulo, o Conselheiro MÁRCIO CAMMAROSANO, assim se pronunciou:

“Exmo. Sr. Dr. Juiz João Carlos Saletti, DD. Presidente do Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Dr. Alexandre de Moraes, DD. Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, representando o Exmo. Sr. Dr. Geraldo Aleckmin Filho, DD. Governador do Estado de São Paulo. Nas pessoas de Vossas Excelências me permito saudar as demais autoridades presentes. Exmo. Sr. Juiz Vicente Antonio Marcondes D'Angelo, recém-empossado neste Egrégio Tribunal. Minhas senhoras e meus senhores:

Solenidades como esta repetem-se esporadicamente. É o renovar constante deste Tribunal, a exemplo dos demais. Perde-se a conta, com o passar dos tempos. Nem por isso cada qual deixa de ser singular. Cada qual ostenta uma feição própria, ocorre num momento diferenciado, tem no centro das atenções um novo Juiz, forjado numa vida dedicada ao Direito que lhe proporciona um acúmulo de experiências ambientadas de sorte a lhe conferirem, do ponto de vista pessoal e profissional, uma identidade inconfundível.

Cada Juiz tem a sua história, inconfundível com a de qualquer outro. E damos graças a Deus que seja assim. Sermos diferentes uns dos outros é fruto, em larga medida, do exercício da liberdade. Em verdade somos diferentes porque somos livres, e devemos ser livres porque somos diferentes. É este um dos traços maravilhosos da humanidade. E quem é livre é responsável e agente de seu destino, ainda que circunstâncias as



mais diversas, desejáveis umas, indesejáveis outras, tenham seu peso ao longo de nossa existência. Todavia, para que a vida em sociedade seja possível é imperioso o estabelecimento de limites, de condicionamentos à liberdade, assim como à propriedade. Transitamos, assim, da liberdade e da propriedade ao direito de liberdade e direito de propriedade, que nada mais são do que o perfil que a ordem jurídica traça à liberdade e à propriedade, ajustando-as a interesses outros que importa também resguardar. Pois bem: a um Juiz de Direito não basta o exercício do direito de liberdade e o cumprimento de deveres inerentes à cidadania e a outros papéis que desempenha em sua vida privada.

O exercício da Magistratura, que se constitui num múnus público, implica, mais do que o exercício do direito de liberdade de julgar, o dever jurídico de decidir os pleitos, e fazê-los com a independência, firmeza e serenidade que garantias constitucionais lhe proporcionam. Se a liberdade é um dos traços maravilhosos da humanidade, como assinalamos, a independência é o apanágio, por excelência, da Magistratura. Enquanto cidadãos, a liberdade constitui para nós um direito, mas para o Magistrado, a independência se traduz num dever. Com efeito, sem Magistrados conscientes da independência com que devem exercer a Magistratura, não se efetiva a independência do Judiciário postulada pela Constituição da República. E sem Judiciário independente a liberdade estará inerte, e sem esta não há democracia, e sem democracia não se respeita a dignidade da pessoa humana. Nessa ordem de raciocínio não há exagero algum em proclamar que a dignidade da pessoa humana, no Brasil, depende, em larga medida, do esmero cumprimento, pelos Magistrados, dos deveres e responsabilidades inerentes aos cargos que titularizam, aos Tribunais que integram. Nós, advogados, indispensáveis à administração da Justiça, como prescreve nossa Lei Maior, e a Ordem dos Advogados do Brasil, temos nossos deveres, responsabilidades e prerrogativas profissionais voltadas à consecução também das finalidades últimas que justificam a existência de um Judiciário que se quer cada dia melhor instrumentalizado para o cumprimento de suas competências institucionais. É o quanto basta para somarmos esforços, dando-nos as mãos para essa grande empreitada, em benefício último dos jurisdicionados.

A posse de Vossa Excelência, Dr. Vicente Antonio Marcondes D'Angelo, renova as esperanças dos advogados e da Ordem dos Advogados do Brasil de que teremos êxito nessa empreitada. É bem verdade que algumas nuvens negras insistem em permanecer na linha do horizonte, empanando os céus. Mas são os desafios que nos tornam ainda mais fortes e destemidos, dando-nos a certeza de que nossos ideais comuns hão de se converter em realidade mais cedo de que se possa supor. A presença, nesta solenidade, da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, cujo Presidente, Dr. Carlos Miguel Castex Aidar, aqui represento, deve ser entendida como manifestação de respeito a este Egrégio Segun-

do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, como manifestação de respeito ao Poder Judiciário como um todo, e de compromisso com os esforços de seu aprimoramento em todos os sentidos, como reafirmação da fé no Direito e na Justiça, na inpostergabilidade das prerrogativas da advocacia e da certeza de que Vossa Excelência, Dr. Vicente Antonio Marcondes D'Angelo, continuará brilhando no firmamento dos valores morais e intelectuais da Magistratura brasileira.

O "*curriculum*" de Vossa Excelência o recomenda. Que Deus o ilumine ao longo dessa caminhada. E que seja feliz.

Muito obrigado."

Em nome do Ministério Público, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, usou da palavra o Dr. MÁRCIO CUNHA BERRA. Procurador de Justiça, que assim se manifestou:

"Exmo. Sr. Dr. João Carlos Saletti, Digníssimo Presidente dessa Egrégia Corte; Exmo. Sr. Dr. Renato Sartorelli, Juiz Vice-Presidente desta Corte; Exmo. Sr. Dr. Alexandre de Moraes, Digníssimo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, representando, neste ato, o Exmo. Sr. Dr. Geraldo Alckmin Filho, Digníssimo Governador do Estado de São Paulo, em nome das quais rendo minhas homenagens a todas autoridades aqui presentes.

Incumbido de representar a Egrégia Procuradoria Geral de Justiça junto a este Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil no ato de saudação, dentro de cerimônia de solenidade de posse a seu novel integrante, Sua Excelência Senhor Doutor VICENTE ANTONIO MARCONDES D'ANGELO, registro de início o reconhecimento e gratidão por tal honraria procurando desempenhar à altura este mister, quer sob o enfoque do sabido e consabido prestígio e responsabilidade desta Casa no mundo jurídico, quer pelas virtudes do ilustre Magistrado ora homenageado.

Na trajetória da vida de Magistrado, enunciado está da parte do ora homenageado a presença de manifestações tipificado entendimentos consentâneos com posições ditadas por linha de bom senso e interpretação sensata da letra da lei. Plasmado exsurge o exercício da Magistratura da parte de Sua Excelência, Doutor VICENTE ANTONIO MARCONDES D'ANGELO, pelo atributo de notória competência, visível cultura jurídica e ponderações apreciáveis no deslinde das questões sob exame, tudo a indicar constituir a nomeação para o honroso cargo de membro do Segundo Tribunal de Alçada Civil uma resposta justa aos seus méritos. Realce, cumpre-me assinalar a atuação de Sua Excelência na área de acidente de trabalho, na qual vislumbrar pode-se a edição de decisões encerrando verdadeira linha de equilíbrio entre a dicção do texto da norma jurídica e as peculiaridades do caso concreto, transladando o que presenciamos na

esfera de atribuição da 5ª Procuradoria de Justiça, formas de raciocínio e idéias, espelhando o alcance e espírito da lei, compatibilizando-o com humanitárias posturas assecuratórias de justos interesses ao acidentado referentes, circunstância própria amoldável ao terreno do princípio da equidade, cuja essência reside na consecução do bem comum que a lei visa, conforme nos mostra *Santo Tomás de Aquino* em sua *Suma Teológica* (II parte — 2º qua est. CXX).

Integra Sua Excelência, Doutor VICENTE ANTONIO MARCONDES D'ANGELO, hoje o quadro de composição do Segundo Tribunal de Alçada Civil, cuja estruturação e organicidade funcional, além da esfera de pronunciamentos judiciais carreando dados relevantes de proficiência, denodo e embasamento jurídico e cultural de seus membros, constituem fator sempre observado de positiva exemplaridade.

Senhoras e senhores: urge ressaltar neste ensejo. Ressumbra diante da seara de circunstâncias e fatos verificados no cotidiano, a irrupção de aspectos carreando verdadeiros desafios, os quais emergir fazem proposituras através de bem elaboradas e tenazes colocações e ponderações, visando a mantença e restabelecimento de princípios insculpidos no arcabouço de direitos. Relevância encontra tal sentir, no tocante à parte do feixe de direitos presentes no ato da criação e vida das instituições. Reporto-me à matéria da interação entre a Reforma da Previdência e o instituto do direito adquirido. O ordenamento normativo reinícola prodigaliza através de regramento de cunho excelso (artigo 5º, XXXVI, da Carta Magna Federal e declinado na Lei de Introdução ao Código Civil — Decreto-Lei n. 4.657, datado de 04.09.1942) a intocabilidade da cláusula pétrea do direito adquirido em face da Lei Nova. Asseverar compete "*ab initio*". O tempo. O inefável fator tempo registra o percurso da existência da vida de um Magistrado, e assim também, de um membro do Ministério Público, que não é um dado a ser subsumido dentro de critérios rebuscando e alterando todo um período de trabalho, esforço e dedicação na representatividade da Sociedade, tábula rasa empregando de um direito irretorquível, já constituído, incorporado sob a ótica de exegese jurídica no patrimônio do servidor, intangível sendo, destarte, no plano subjetivo. Situação pretérita cristalizada dentro dos componentes de vigência de uma lei descabe ser vulnerada diante de novo jurídico ordenamento. A respeitabilidade àquela é dever de civismo, cidadania, reclamado no contexto de fluência do Estado Democrático de Direito. Expectativa nasce e existe de modo nítido e inexpugnável àqueles que compõem o Poder Judiciário e, repita-se, o Ministério Público, do exercício de um direito já integrado e perfectível situado sob o ângulo do alcance de incidência normativa, diante do pálio de visão administrativa, institucional e jurídica, repousando na adoção de regra existente à época de ingresso na carreira pública, raciocínio escudado nos princípios da boa-fé e lealdade aos ocupantes de cargo público direcionados.

O instituto do direito adquirido não é um componente indicativo de privilégio. Ele representa inafastável elemento a ser acatado, incrustado estando na formação da cultura de valores de um povo. O poder constituinte originário estabelece vedação acerca da cláusula pétrea, constituindo na ensinança do ilustre Mestre *Alexandre de Moraes* “poder hierarquicamente inalcançável pois manifestação da vontade soberana do povo e consagrado pela Constituição de 1988”. Prossegue o insigne autor: “Assim, a Constituição Federal prevê expressamente, seguindo tradição constitucional, a imutabilidade das cláusulas pétreas (artigo 60, § 4º, inciso VI, da Constituição Federal), ou seja, a impossibilidade de emenda constitucional prejudicar os direitos e garantias individuais, entre eles, o direito adquirido (artigo 5º, inciso XXXVI)” (“Previdência Social e os Direitos Adquiridos” — publicação no jornal “O Estado de São Paulo” — abril de 1995, pág. 15).

Compreensível e natural é o direito na linha do tema em curso do acolhimento do arcabouço normativo em vigor, cingindo-se a vida funcional do Magistrado, cujo desatendimento, por força de retroativo efeito decorrente de eventual novo instrumento legal, compromete diante de conteúdo ético e jurídico a respeitabilidade, insta enfatizar, do direito adquirido. Revela-nos *Pontes de Miranda*: “A irretroatividade defende o povo. A retroatividade expõe-no à prepotência”.

Senhoras e senhores: Desatender a direito adquirido é coarctar o pulsar da vida de um cidadão, entibiando o escorreito e sadio caminho de uma Nação, maculando o respeito à Lei, motivo propiciatório ofertando à abertura de portas à insegurança e instabilidade entre os cidadãos, fortalecendo os tentáculos do arrefecimento dos pilares da ordem e da paz social, abalando os alicerces da constituição da estrutura ontológica e filosófica que rege o templo da Justiça, simbolizada na conceituação de *Ulpiano*: “Justiça é a constante e permanente vontade de dar a cada qual o que lhe pertence”.

No convívio de seus pares, no desenvolvimento da atividade jurisdicional objeto da presente solenidade, seja feliz novo integrante desta Augusta Corte, Doutor VICENTE ANTONIO MARCONDES D’ANGELO. E que Deus sempre o ampare e guarde a sua família.”

Prosseguindo, o Exmo. Juiz Presidente, Dr. JOÃO CARLOS SALETTI, passou a palavra ao Exmo. Juiz ANTONIO RIGOLIN que, em nome deste Sodalício, saudou o novo integrante, assim se expressando:

“Exmo. Sr. Juiz João Carlos Saletti, DD. Presidente do Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil. Em sua pessoa eu peço vênias para saudar as autoridades aqui presentes, que tanto prestigiam esta cerimônia, Membros deste Tribunal, ilustres Desembargadores, Juizes, Promotores, Advogados, funcionários, senhoras e senhores:

Em mais um momento marcante em sua existência, reúne-se esta Corte em Sessão Plenária Solene para receber e homenagear o seu mais novo integrante, recentemente promovido, o eminente Juiz VICENTE ANTONIO MARCONDES D'ANGELO. Confiou-me Sua Excelência, o Sr. Presidente, a tarefa de fazer a saudação ao homenageado, em nome da Casa. Preocupado com tamanha responsabilidade, pois bem sei de minhas limitações, dispus-me a realizá-la, motivado pela alegria de poder participar deste momento tão marcante na vida de um grande amigo e, sobretudo, porque me sinto profundamente honrado e enobrecido.

Nossa amizade é antiga. Nasceu lá pelos idos de 1980, quando nos conhecemos, já no exercício da judicatura como Juizes Substitutos, designados para atuar em Comarcas do Vale do Ribeira. Eram tempos difíceis. Existiam muitos claros nos quadros da Magistratura e comumente os Juizes Substitutos das Circunscrições de Santos e São Vicente eram designados para assumir tais Comarcas. E não eram poucas as vezes em que um único Juiz recebia a incumbência de exercer cumulativamente as funções em mais de uma Comarca. Vivemos situações muito parecidas. Ainda inexperientes, deparamos com dificuldades de toda ordem, principalmente aquelas decorrentes dos graves problemas sociais e dos conflitos fundiários, tão comuns naquela região. Mas isso nos propiciou um grande aprendizado, permitindo-nos colher preciosas lições de vida, que contribuíram decisivamente para a nossa formação. Desde o início de sua carreira, já se mostraram marcantes os seus dotes morais e intelectuais. Não tardou o surgimento da boa fama, em razão do seu esforço e da sua dedicação ao trabalho, a sua preocupação com o justo, a sua forma serena e equilibrada de atender a todos, sem qualquer distinção. E assim foi durante todo o transcorrer de sua brilhante carreira, conquistando sempre o respeito e a admiração de todos, em sua passagem por Eldorado, e depois em Santos, primeiro como Juiz Auxiliar e a seguir como Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, e mais adiante aqui em São Paulo, como Juiz Titular da 5ª Vara de Acidentes do Trabalho.

De grande magnitude, também, foi a sua atuação como Juiz Substituto em Segundo Grau, durante oito anos, junto à Seção Criminal do E. Tribunal de Justiça. Um homem que, desde a juventude, vem se dedicando ao aprimoramento pessoal com o firme propósito de contribuir para a melhoria da sociedade, isto à custa de muitos sacrifícios de toda ordem e, por certo, nem sempre compreendido. Mas, a grande experiência que a longa carreira lhe propiciou e, sobretudo, o ideal de justiça que sempre esteve presente, bem o qualificam para mais essa nobre e difícil missão. Um homem bom e justo, um homem sábio e humilde, são esses os predicados que poderia destacar a respeito de sua pessoa e que bem justificam o fato de ser tão querido e admirado por todos. A sua vinda para integrar esta Corte constitui motivo de regozijo para todos nós, pois sua contribuição, sem dúvida alguma, será de grande valia e engrandecerá

este Tribunal. Eis o justo motivo para a celebração e a homenagem de hoje. Mas ela não pode ficar restrita à pessoa do ilustre Juiz. Deve ser dirigida também aos seus familiares, que foram o seu grande apoio moral e intelectual para alcançar o alto cargo em que agora é investido. Vale destacar o carinho e a dedicação de sua esposa Ana Rita e de seus filhos Rafael, Guilherme e Luciana, que bem souberam compreender as dificuldades, as restrições e as horas de convívio e atenção que lhes foram ceifadas pela devoção ao trabalho e ao estudo. Finalizando, caro amigo VICENTE, quero lhe expressar, com a certeza de que o faço em nome de todos os colegas, os mais sinceros votos de boas-vindas e de pleno sucesso nesta nova etapa que se inicia em sua carreira.

Seja feliz e que Deus o abençoe.”

Em agradecimento às homenagens prestadas, o Exmo. Juiz VICENTE ANTONIO MARCONDES D'ANGELO, proferiu o seguinte discurso:

“Exmo. Sr. Doutor Juiz Presidente deste Colendo Tribunal. Exmos. Srs. Drs. Juizes desta Egrégia Corte. Autoridades presentes, senhoras e senhores:

Em que pese a serenidade a que nós, Magistrados, devemos manter no equidistante exercício da judicatura, não tenho como negar a forte emoção que toma conta de mim neste momento especial de minha vida. Estou, sim, verdadeiramente emocionado, não só por aquela sensação de vitória, de quem realiza um sonho, intensamente desejado, mas também pela honraria de ter sido guindado a esta Augusta Corte, sede de uma das fontes mais férteis da sabedoria jurídica nacional. Aqui, onde certamente muito terei o que aprender, irei me defrontar com farto material de aprendizado — quer como Juiz quer simplesmente como pessoa humana — tais os modelos de lisura, profissionalismo e cultura jurídica da Casa. São pois, muitos os fatores que fazem deste instante um momento de arrebatamento emocional. E é exatamente neste passo que, com a permissão dos Senhores, divido esta honraria e esta ventura com todos aqueles que me ajudaram a chegar até aqui, desde as primeiras lições da infância na minha terra natal, Taquaritinga, até as mais recentes colhidas em todas as Comarcas por onde passei. E aqui devoto meu preito de gratidão aos meus pais Vicente e Lucy, minha esposa Ana Rita e meus filhos Rafael, Guilherme e Luciana, meu irmão Marco Antônio e minha cunhada e irmã Zilda, meus sobrinhos Marcelo e Mara Silvia, e todos aqueles que injustamente estou me esquecendo.

Agradeço, também, com profunda gratidão, o Presidente desta Corte, o insigne Magistrado, o Doutor João Carlos Saletti, pela confiança que sempre depositou em mim, desde quando iniciando-me nesta gratificante carreira, atuei como Juiz Substituto na Comarca de Guarulhos, onde Sua Excelência, à época, nos idos de 1979, respondia pela Diretoria do

Fórum. Estendo este agradecimento àqueles com quem convivi na Primeira Instância — Juizes, Promotores, Advogados e Cartorários, a quem muito devo na formação e na solidificação do meu tirocínio profissional.

É o momento de expressar o meu voto de gratidão pelas oportunidades que me foram proporcionadas em Santos, onde exerci o cargo de Juiz Auxiliar do interior, julgando na Primeira Vara da Fazenda Pública e de Acidentes do Trabalho; em seguida, como titular da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho de Santos e, tempos depois, promovido, assumi a 5ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital. Outrossim, ainda com a permissão dos Senhores, me reporto à minha trajetória em Segundo Grau, atuando junto à 12ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça, 3ª Câmara Criminal do mesmo Tribunal, curta passagem pelo Colendo 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, e por fim, integrando por longo período a 2ª Câmara Criminal Extraordinária do Tribunal de Justiça, onde permaneci até 19 de dezembro próximo passado, quando de minha promoção a esta Corte. Neste ponto, desejo tecer algumas considerações de ordem pessoal, que, de certa forma, revelam o meu pensar. E “pensar”, como expressão mais alta do existir é, fora de dúvida, o que diferencia o homem do animal, mas é principalmente a sua postura diante do universo como intérprete da vida.

No nosso universo de decisões somos pensadores do “Direito”; intérpretes das relações sociais num contexto que se propõe ser civilizado. A jurisprudência nada mais é do que a filosofia dos Tribunais, a cumprir o seu nobre propósito de fazer Justiça; é o pensamento vivo, em movimento, a nortear a tutela jurisdicional no seu propósito de dar a cada um o que lhe é devido. Esse “pensar” com que o Poder Judiciário se debruça sobre problemas que lhe são trazidos no direito de cada dia é que vai definindo o ponto de vista mais consentâneo com o equilíbrio das relações sociais do nosso Estado de Direito. Pois é assim que se formam as correntes e as tendências da moderna judicatura, modelando concepções fundamentais de julgamento. Por força dessa natural índole do Poder Judiciário, é esperado que os grandes problemas nacionais se tornem objeto de constante preocupação dos Julgadores de todas as instâncias, em especial porque o grande objetivo da nossa função é fazer Justiça.

Inegável é reconhecer que temas como as desigualdades sociais e a violência urbana freqüentem, com assiduidade, as nossas conjecturas sobre o arcabouço das propostas que a sociedade põe em debate em amplitude nacional. Questões relacionadas à política carcerária e às reformas institucionais se embutem nos nossos questionamentos do cotidiano, nem tanto como uma obrigação profissional, mas como decorrência lógica desse “pensar Justiça” do “*cogito, ergo sum*” do Poder Judiciário. Dentro desse contexto, preocupa-nos sobretudo as conceituações das Reformas do Judiciário e da Previdência, até agora tangenciadas superficialmente pelos segmentos políticos situados na alta esfera legislativa. E, a respeito

desse tema, pela sua essência e alcance, temos subsídios abundantes a oferecer de todos os escalões do Poder Judiciário, que, por certo, darão cunho realista a essas Reformas, aproximando-as da perfeição. É óbvio que pensamos coisas, sempre com a natural parcimônia que caracteriza o Poder Judiciário, cuja marca registrada é a discricção. Mas, pensamos, sim. Todos nós pensamos, porque até mesmo as contingências não subordinadas à nossa jurisdição são da nossa conta, se envolverem questões de Justiça, mesmo que afetas a outros poderes.

Cabe-nos, ainda assim, pensar a esse respeito, mais como cidadãos do que como Juizes. Ao cabo deste, quero assegurar a todos, especialmente aos que me distinguiram com a sua confiança, que cumprirei rigorosamente os encargos que assumi no meu “Termo de Compromisso”, garantindo-lhes o máximo do meu empenho no sentido de bem honrar as tradições desta Casa. Peço vênua, pela vez derradeira, para agradecer ao mestre e amigo Antonio Rigolin pelas referências elogiosas feitas a minha pessoa, palavras essas que representam, sem sombra de dúvida, muito mais a voz do coração do que da razão. Sou-lhe extremamente grato por isso! No mesmo tom e com a mesma candência, agradeço as palavras de estímulo do culto e ilustre Advogado, o Doutor Márcio Cammarosano, bem como do Doutor Márcio Cunha Berra, ilustre Procurador de Justiça.

Obrigado.”

Logo após, o Exmo. Juiz Presidente, Dr. JOÃO CARLOS SALETTI, pronunciou as seguintes palavras:

“O Doutor VICENTE D’ANGELO relutava em receber esta homenagem, tradição de todas as Cortes de Justiça. Ponderei que vicissitudes da vida, muitas vezes apenas em mãos do Altíssimo, não nos impede a caminhada. E momentos de alegria e de elevação, como se tem agora, constituem alento que nos aumentam as forças e nos conduzem à aceitação e à Paz. Por isso estamos aqui, para mais uma vez celebrar a chegada de um novo Colega.

Seu gesto de aceitação, Doutor VICENTE, concede também a mim mais uma e derradeira oportunidade de presidir mais u’a Sessão de homenagem, a derradeira de minha Presidência. Diz-se que a coincidência não passa de acaso programado. Vossa Excelência, Juiz VICENTE D’ANGELO, entrou em exercício na Magistratura quando era eu Titular da Comarca de Guarulhos e, ali, o Diretor do Fórum. Veio para este Tribunal, e aqui tomou posse, no dia em que a Corte comemorava seus trinta anos, e agora é homenageado na última Sessão que presido, a mesma Sessão em que serão eleitos os novos dirigentes do Tribunal para o próximo biênio. Na próxima, a atuação se restringirá à abertura e à despedida. Felizes coincidências para mim, que o conheci ao ingressar na carreira, já a demonstrar grande valor de profissional interessado, preocupado com o trabalho, extremamente operoso. Além de revelar o caráter de homem educado, afável no trato, generoso e cuidadoso com a família.



Registro pouco de seus traços pessoais, já delineados e desenvolvidos pelo Juiz Antonio Rigolin, que falou em nome do Tribunal. Renovolle as boas-vindas, extensivas à sua esposa, Dona Ana Rita Lara Pereira Marcondes D'Angelo, seus filhos Rafael, Guilherme e Luciana, e demais familiares. Seja feliz entre nós, Juiz VICENTE ANTONIO MARCONDES D'ANGELO.

Agradeço a presença do Exmo. Sr. Dr. Alexandre de Moraes, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, que aqui representa o Exmo. Sr. Dr. Geraldo Alckmin Filho, Governador do Estado de São Paulo. Agradeço, ainda, as demais autoridades: Desembargador Francis Davis; Desembargador Walter Theodósio; o Advogado, Conselheiro Márcio Cammarosano; o colega do Primeiro Alçada, Mário Lobo; o Dr. Márcio Cunha Berra; os Presidentes do Instituto e da Associação dos Advogados de São Paulo.

Agradeço a presença de todos e declaro suspensa a Sessão por quinze minutos, para que o homenageado receba cumprimentos no corredor em frente, devido à quantidade de pessoas e o pouco espaço.

Muito obrigado.”

A seguir, o Exmo. Juiz Presidente, em homenagem aos Juizes eleitos, assim se expressou:

“Tenho a honra e a satisfação de proclamar eleito, por aclamação, o Juiz RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, para exercer o mandato de Presidente, e, pela votação já anunciada, o Juiz RENZO LEONARDI, para o cargo de Vice-Presidente deste Tribunal durante o próximo biênio. Quero, como Presidente do Tribunal, presidindo esta última Sessão, cumprimentar todos os Juizes, sobretudo àqueles que se dispuseram e colocaram seus nomes ao julgamento do Tribunal para o exercício de cargos tão importantes quanto esses.

A maneira como se conduziram jamais há de representar uma divisão do Tribunal, senão a união em torno de princípios democráticos que nós, Juizes, procuramos preservar durante toda a nossa existência na judicatura, além de exigi-las como cidadãos que somos, como qualquer outra pessoa. De modo que cumprimento todos, abraço mesmo todos, pela forma como trataram o procedimento eleitoral, desde o registro das candidaturas — ou até mesmo antes — com extrema elevação e caráter de espírito, o que mantém este Tribunal de Alçada como sempre foi, um Tribunal bastante elevado e com sentimento efetivamente democrático e sincero nos nossos corações.

Cumprimento, particularmente, os eleitos: o Juiz RENATO SARTORELLI, que tem exercido a Vice-Presidência com denodo, com empenho e que se põe à disposição do Tribunal para mais um biênio; o Juiz RENZO

LEONARDI, que se colocou à disposição do Tribunal assumindo também esse cargo muito importante, que eu já tive a honra e a alegria de exercer. Ao Juiz Mendes Gomes, que também pôs o seu nome a julgamento pelo Tribunal e conduziu esta campanha pela Vice-Presidência com muita elevação. Particularmente aos eleitos, desejo que Deus os abençoe e proteja, e que enfrentem a empreitada que lhes foi confiada com altanaria, para manter bem alto o nome do Segundo Tribunal de Alçada Civil.”

Logo após, pediu a palavra o Exmo. Juiz Vice-Presidente, RENATO SANDRESCHI SARTORELLI, que assim se pronunciou:

“Senhor Presidente, caros colegas:

Agradeço comovido a delicadeza com que me honraram com seus votos, por mim recebidos como prova de amizade e confiança. Vou assumir a Administração do Tribunal, juntamente com o Juiz RENZO LEONARDI, eleito Vice-Presidente, consciente dos grandes desafios que tenho pela frente, mas sempre estimulado e esperançoso de contar com a colaboração de todos os integrantes da Corte.

A crise no Poder Judiciário permanece e dia-a-dia se agrava. Fala-se muito em Reforma do Judiciário, que todos sabemos, como está sendo concebida, nada trará de útil ou positivo para a maior eficácia na entrega da prestação jurisdicional, simplesmente porque as causas geradoras dessa crise não são atacadas. Recentemente, o Desembargador Hélio Quaglia Barbosa, em artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” afirmou: “... é impossível falar em Reforma do Judiciário sem falar da dinamização do andamento dos processos, como primeira meta” (06.01.2003, p. A-2). Não vou me alongar demasiadamente para não me tornar cansativo. Porém, não posso deixar de lançar aqui um manifesto. Um manifesto de mobilização. É notório o desequilíbrio entre o crescimento do número de recursos que dão entrada mensalmente no Tribunal (cerca de cinco mil processos por mês) e a distribuição.

Longe de sugerir o aumento da carga de feitos, mensalmente distribuídos aos Juizes, o que, aliás, ocorreu recentemente por força de Resolução aprovada por este Plenário, precisamos, a meu ver, nos próximos anos, para minimizar essa crise, realizar criteriosa triagem dos processos aqui armazenados, buscando eliminar aqueles de menor ou nenhuma complexidade, emprestando-lhes, acima de tudo, solução rápida e monocrática, tal como preconiza o artigo 557 do CPC, o que pode ser alcançado através de Câmaras Extraordinárias facultativas, diga-se de passagem, já criadas mas ainda dependentes de instalação. Esse me parece o nosso maior desafio. Mas sem essa mobilização coletiva (de Juizes e servidores), base indispensável para a redução do acervo, todo o esforço que desenvolvermos, por mais útil que seja, terá fôlego curto, distanciando-se dos anseios dos jurisdicionados e de suas necessidades já que hoje, a uma só voz, a população reclama como nunca uma Justiça mais rápida e mais barata.

Proponho, assim, uma adesão pronta e imediata em prol dessa luta. Distribuir o processo (mais especificamente um recurso de apelação) três ou quatro anos depois do seu ingresso no Tribunal é a própria negação da Justiça. Devemos nos integrar na luta para a renovação do pensamento e das idéias, providência que a sociedade espera de nós, integrantes do Poder Judiciário, tudo para que trilhemos caminhos melhores e mais seguros na busca do ideal de Justiça. Antes de finalizar, quero trazer uma informação importante e curiosa. Pesquisa realizada pela área de planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES revelou o aumento de 0,7% do PIB se o Judiciário brasileiro se tornasse equivalente, em termos de agilidade, imparcialidade e custos, à Justiça do Primeiro Mundo, porque uma Justiça eficiente facilita tanto a realização de transações econômicas mais complexas, quanto a atração de investimentos que dependem de proteção da lei.

É preciso, em suma, preparar o Judiciário para que ele desempenhe o seu papel acompanhando, passo a passo, o processo de desenvolvimento socioeconômico do País. A disciplina e a organização de nosso Tribunal, aliadas à cultura e à capacidade de trabalho de nossos Juizes, traduzem a oportunidade histórica que temos de combater a lentidão processual, que compromete a imagem e a confiança no Poder Judiciário, possibilitando a realização do seu objetivo fundamental: dar a cada um o que é seu. Combater a morosidade da Justiça significa enterrar a percepção de que a lei vale para uns e não vale para outros, estes normalmente considerados menos favorecidos econômica e socialmente. A pauta deste ano, como se percebe, será de intenso trabalho. A busca de maior eficiência é princípio da Administração Pública e, assim, é imperioso que o Tribunal permaneça unido. Conto, por isso, com a valiosa e imprescindível colaboração de todos, Juiz Vice-Presidente, Juizes Supervisores, Juizes integrantes de Comissões Temporárias, Juizes Substitutos e funcionários. Precisamos compreender que a participação de cada um de nós será decisiva na missão de aprimorar o funcionamento da Justiça. Despido de ambições pessoais, com alegria e, acima de tudo, absoluta lealdade, cumprimentando o Juiz RENZO LEONARDI, eleito Vice-Presidente, como também o Juiz MENDES GOMES, renovo os meus agradecimentos pela confiança em mim depositada.

Muito obrigado.”

Em continuidade, o Exmo. Juiz Presidente, concedeu a palavra ao Exmo. Juiz RENZO LEONARDI, que assim se manifestou:

“Em primeiro lugar, devo agradecer a quem, evidentemente, sufragou meu nome. Agradeço, também, àqueles que não sufragaram meu nome, porque isto é um sinal de alerta de que devo melhorar muito mais. Então,

estou aqui agradecendo a atenção de todos — Eu e o Dr. José Maria, fizemos uma campanha de alto nível. Nos respeitamos, como sempre o fizemos. Procurei, inclusive, não invadir o “forte” do José Maria. Não corri a todos os Gabinetes e quem não foi procurado por mim sabe muito bem disso. Mais de vinte Juizes não foram procurados por mim, porque tinha certeza que estavam já compromissados com o Doutor José Maria Mendes Gomes, pessoa a quem eu dedico muito respeito, desde o dia em que ele veio substituir-me na Comarca de São Caetano do Sul. Então, espero que Deus me ajude. Tenho nove meses, em gestação tópica, de dupla atividade. Procurarei levar ambas as tarefas a bom porto e, se vier a falhar em alguma coisa, a minha porta estará sempre aberta para aquele que tiver alguma idéia sobre a minha conduta. Agradeço a todos a atenção com que me distinguiram.

Meu muito obrigado.”

Prosseguindo, a Egrégia Presidência passou a palavra ao Exmo. Juiz JOSÉ MARIA MENDES GOMES, que assim se expressou:

“Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Juizes, Senhoras e Senhores:

O ato não está a exigir discurso, ainda que breves sejam as palavras. Contudo, a emoção que se instala em minh'alma e a confiança a mim externada pelos vinte e nove colegas que sufragaram meu nome, obrigam-me a uma solene profissão perante os meus pares. Venho de uma região do Estado, meu querido Vale do Paraíba, onde as histórias criadas e contadas à beira do fogão de lenha pelos “contadores de causos” vicejam com a mesma facilidade que o repentista nordestino declama os seus versos. Dentre aquelas, recordo-me de uma contada por Viriato Correia, lembrada por meu saudoso amigo, o Desembargador Fortes Barbosa, quando de sua posse no Egrégio Tribunal de Justiça: Foi lá pelos lados de Cunha, Paulo Ayrosa, que os fatos teriam se passado. Na zona rural do município, morava João de Souza, casado com a bela Joana, pai amoroso de dois filhos, lavrador bom de enxada e de foice, que, com o suor de seu rosto, ganhava o pão de cada dia. Homem temente a Deus, cumpria rigidamente as suas leis. Por suas virtudes, todos que o conheciam, respeitavam-no. Certo dia, por aquelas bandas, apareceu um tal de “Pedro de Tal”, também conhecido por “Pedro Pancada”, homem violento, avesso ao trabalho, e, que ao ver a bela Joana, à saída da missa, na porta da Igreja, resolveu tomá-la de João. Aos quatro cantos anunciou que não só a tomaria de João, como também ficaria com suas terras, iria matá-lo e de lá expulsaria seus filhos. Os amigos de João correram a avisá-lo do perigo iminente, pois o desabusado bandoleiro estava mesmo disposto aos seus propósitos. Pintam então, um quadro estarrecedor a João, pedindo-lhe que fuja com seus familiares para lugar seguro, pois, caso contrário, o

façanhudo acabará com ele. João, pachorrentamente, levanta-se arrumando o seu cigarro de palha, arceia a mula baia e sai vagarosamente, sozinho, em direção à cidade. Alcançado pelos compadres e amigos, que viam em sua atitude uma fuga covarde, abandonando os filhos, a mulher, a terra que cultivava à própria desdita, João indagado aonde ia, calmamente responde: Vou comprar um cachorro, munição e graxa para engraxar a espingarda.

Senhores, neste momento tão delicado da vida nacional, onde nos acenam com reformas, usurpando o sagrado direito adquirido, aviltando o Poder Judiciário, destruindo-nos como Instituição, diminuindo a importância de nossas funções e a própria importância do ato de julgar, devemos seguir o exemplo de João de Souza. Eu, de minha parte, que por juramento feito há vinte e cinco anos passados, assumi a toga como parte integrante da minha vida, e que pretendo vesti-la até o último dos meus dias, legando-a, se possível, a um dos meus netos, já comprei o cachorro, a munição e engraxei a espingarda. Agora, fazendo desta C. Corte amada minha trincheira, prometo, e, ao lado dos meus amigos RENATO SARTORELLI e RENZO LEONARDI defender a minha Instituição até o último dos meus esforços.

Obrigado.”